

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL / INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
FISCAL DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS /

GABARITO OFICIAL DEFINITIVO DAS PROVAS OBJETIVAS (GRUPO I)

		LÍNGUA PORTUGUESA										CONTABILIDADE																			
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25					
I T E N S	1	E	C	C	C	E	C	C	C	E	E	C	C	E	C	E	C	C	C	E	C	E	E	C	C	E					
	2	C	E	E	E	E	E	E	E	C	C	C	E	C	C	E	E	E	C	E	C	C	C	C	E	C					
	3	E	E	E	C	C	E	C	C	E	C	E	C	C	E	E	*	E	E	E	E	E	E	E	C	C					
	4	C	C	C	E	E	E	C	C	E	E	E	C	E	E	C	E	E	E	C	E	C	C	E	C	E					
	5	C	E	C	E	C	E	C	E	C	E	E	E	E	E	C	C	C	E	C	C	C	E	E	E	E					
		DIREITO CONSTITUCIONAL										DIREITO ADMINISTRATIVO										DIREITO CIVIL									
		26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50					
I T E N S	1	C	C	C	E	C	C	C	C	C	E	C	E	C	C	E	C	E	C	C	C	E	E	C	C	E					
	2	C	E	E	C	E	C	C	E	E	E	E	C	C	E	C	C	E	E	E	C	C	C	E	C	E					
	3	E	E	E	C	C	E	E	E	C	C	C	C	E	E	C	C	C	E	C	C	C	C	E	E	E					
	4	E	C	C	C	E	E	C	C	E	E	E	E	E	C	C	E	E	E	E	C	E	E	C	E	C					
	5	E	E	C	E	E	E	E	E	C	C	C	E	E	E	C	E	E	E	C	E	E	C	C	C	C					

		LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA																			
		51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70
I T E N S	1	E	C	C	E	C	E	E	E	E	C	E	E	C	C	E	E	E	C	E	E
	2	E	C	E	C	E	C	E	E	C	C	E	E	C	E	E	C	E	E	C	E
	3	C	C	C	C	E	C	E	E	E	C	E	E	E	C	E	C	E	E	C	C
	4	E	E	E	E	C	E	E	C	E	C	E	C	E	E	C	C	E	E	C	C
	5	C	E	E	E	E	E	E	E	E	E	C	C	C	E	C	C	C	C	E	E

GABARITO OFICIAL DEFINITIVO DAS PROVAS OBJETIVAS (GRUPO II)

		DIREITO TRIBUTÁRIO														
		71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85
I T E N S	1	E	E	E	E	C	E	E	E	C	E	E	E	C	C	C
	2	E	C	C	C	C	E	E	C	C	E	C	E	C	E	C
	3	E	E	E	C	C	E	C	E	E	E	C	C	*	E	C
	4	C	C	E	E	E	C	E	E	E	C	E	E	C	E	E
	5	E	*	C	E	E	C	C	E	C	E	E	C	C	C	C

		LEGISLAÇÃO TRABALHISTA										DIREITO COMERCIAL									
		86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100					
I T E N S	1	E	C	C	E	C	C	C	E	C	E	E	E	E	E	C					
	2	E	E	E	C	C	C	E	E	C	C	E	C	C	E	C					
	3	E	E	E	E	C	C	E	C	C	E	C	C	C	C	C					
	4	E	C	E	C	C	E	E	C	E	C	C	C	E	E	E					
	5	E	E	C	E	E	C	C	E	E	E	C	C	C	E	C					

Observações:

Mudanças no gabarito preliminar de **C** para **E**: item 1 das questões 58, 59, 77 e 78; item 3 das questões 68 e 72; item 4 das questões 31, 56, 68, 79 e 91; item 5 das questões 58 e 89.

Itens anulados: item 3 das questões 16 e 83 e item 5 da questão 72.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

FISCAL DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Nas questões de 1 a 50, marque, de acordo com o comando de cada uma delas: Itens **CERTOS**, na coluna **C**;
Itens **ERRADOS**, na coluna **E**.

Use a Folha de Rascunho para as devidas marcações e, posteriormente, a **Folha de Respostas**.

GRUPO I

GRUPO I

GRUPO I

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto a seguir, de autoria de Carlos Drummond de Andrade, para responder às questões 1, 2, 5 e 7.

Texto I

Sonho de uma noite de abril

- ¹ Penumbra. Escritório. Homem, com as mãos na cabeça, fuma e pensa na vida. Alto-falante:
- Já fez sua declaração de imposto de renda?
- ⁴ – Que renda? Que declaração? Recebi, gastei, estou sem nenhum.
- Faça declaração de imposto de renda?
- ⁷ – Mas...
- Até 30 de abril, improrrogavelmente! Batem à porta. Homem vai abrir. Entra
- ¹⁰ uma forma gorda, que dá 210 voltas, senta-se e contempla o homem. Este:
- Quem és tu?
- ¹³ – Sou o Decreto n.º 40.702, que aprova o regulamento do imposto de renda.
- E vais me explicar tudo?
- ¹⁶ – Tudinho. Sou simples e prático. Tenho só 210 artigos, em que consolidei toda a literatura sobre o assunto.
- Literatura?
- ¹⁹ – Sim. Queres ver? (Bate palmas. Entram pela janela, como besouros, quinze formas diferentes, umas compridas, outras curtinhas, esta pomposa, aquela pífia.) Vou apresentar...
- ²² *Ladies first* (Apontando) Lei número 154. Lei n.º 2.354. Lei n.º 2.862. Lei n.º 2.973.
- As leis cumprimentaram
- ²⁵ cerimoniosamente e tomaram assento no sofá-cama, com ares majestáticos.
- Homem: – Mas praquê tanta lei?
- 40.702: – Agora os senhores decretos-
- ²⁸ leis: 5.844, 6.071, 7.885, 9.330, 9.407, 9.781. Não está faltando alguém?

31 Os decretos-leis, cheirando a Estado Novo, abanam o rabo negativamente, e ficam de pé, ao fundo.

40.702: – Bem. Temos ainda os decretos. Aproximem-se. São o 3.079, o 36.597, o 36.773, o 38.250. Ah, aquele gordão é o 24.239, com seu regulamento. Tudo isso eu condensei, numa espécie de “seleções”. Mas se 34 tiveres alguma dúvida (vejo que sim, por teu ar pacóvio), há de consultar alguns ou todos eles... 37

Ruído. Os decretos-leis tentam barrar um senhor distinto, meio calvo, que introduziu o nariz na sala.

40 40.702: – Quem é?

– É o Código Civil, dizendo que também quer entrar.

– Deixa. Tem um artigo que me interessa.

43 – O Código entra, resabiado.

Homem (aterrorizado): – E agora, José?

40.702: – Bem. Agora é só leres com 46 recolhimento, como a um texto metafísico, e encheres este formulário-sanfona, que te dou de graça. Não vais me esconder nada, hem? 49 Pagarás só quatro vezes: o imposto cedular, o complementar, o adicional e o percentual de proteção à família. É facilímo. Até 60 mil não 52 pagas nada, por um lado; por outro, pagas 1, 2, 3, 5 ou 10 %, conforme a cédula. Tens direito a descontar 50 mil para custeio de tua esposa. 55 Se ela gastar mais do que isso, azar teu. Idem quanto a filhos. Pagas 50 mil do colégio, por ano, para cada um? O colégio sai de graça, 58 pois deduzes justamente essa importância; o resto da despesa fica por isso mesmo. Se tiveres mais de 25 anos e não te casares, é 61 espeto: 15 %. Casa, e barateia. O complementar é de uma clareza de água: de 61 a 90 mil, pagas 30 cruzeiros por conto; de 91 a 120, pagas 50; de 121 a 150, morres em 80; de 151 a 200, em 110; de ...

– Tudo não é o mesmo dinheiro, ganho do mesmo modo?

64 – Não. À medida que ganhas mais, pagas mais. Salvo acima de três milhões, quando passarás a pagar meio conto por conto, até o 67 infinito. Quer dizer: Se fores pessoa jurídica, poderás reavaliar o ativo, e não pagas nada. Mas sendo pessoa física, simplesmente...

– Ordenado é renda?

70 – Por que não? Tudo é renda. Se não for renda para ti é para o Estado. Não tens o biquinho no Instituto? Recebes e restituis; mas 73 restituis a ti mesmo, porque o Estado é a cooperativa dos cidadãos. Ou não é?

– Homem tem uma vertigem. Leis, decretos-leis e decrestos, armados de 76 aparelhos de microfilmagem (artigo 206, do 40.702), precipitam-se sobre ele, auscultam-no – está morto – e dançam lentamente, em torno

⁷⁹ do cadáver, ao som da sanfona formulário, uma palavra de Ravel, em adaptação de J. Coringa.

As bolsa e a vida. Rio de Janeiro, Record, 1987, p. 54-6.

QUESTÃO 1

Com referência à tipologia textual, ao estilo e ao conteúdo do texto, julgue os itens seguintes.

1. O texto caracteriza-se como um crônica dramática, por estar embasada em um situação real e por ser essencialmente dialógica.
2. Grande parte do texto está escrita em discurso direto, ou seja, aquele que reproduz as falas dos interlocutores.
3. A maioria das personagens é produto do imaginário do autor, excetuando-se o protagonista, uma pessoa do sexo masculino, que narra os acontecimentos.
4. As estruturas sintáticas das linhas 1 e 2 incluem elementos elípticos.
5. A circunstância temporal não é definida precisamente; no entanto, o texto localiza os fatos em uma noite de abril de um ano qualquer.

QUESTÃO 2

Com referência ao vocabulário utilizado, julgue os itens a seguir.

1. O vocábulo “improrrogavelmente” (l.8) reforça de um modo impositivo, uma circunstância temporal.
2. Em “uma forma gorda, que dá 210 voltas” (l.9-10), encontra-se a referência a uma mulher robusta, exuberante e agitada.
3. Na linha 21, os adjetivos “pomposa” e “pífia” significam, respectivamente, **vultosa** e **vulgar**.
4. A expressão “ar pacóvio” (l.36) pode ser corretamente interpretada como **aspecto de tolo**.
5. O adjetivo “ressabiado”(l.43) pode ser substituído por **atemorizado**, sem alteração de sentido.

QUESTÃO 3

Quanto à correção da substituição do trecho sublinhado pela forma apresentada em negrito, julgue os itens abaixo.

1. “Já fez sua declaração de imposto de renda? / Já **a fez?**”
2. “Os decretos-leis (...) abanam o rabo negativamente” / Os decretos-leis (...) **abanam-lhe** negativamente
3. “Mas se tiveres alguma dúvida” / Mas se **tiveres ela**.
4. “Os decretos-leis tentam barrar um senhor distinto” / Os decretos-leis **tentam barrá-lo**
5. “Agora é só (...) encheres este formulário-sanfona” / Agora é só (...) **o encheres**

Leia o texto II a seguir, de autoria de Carlos Drummond de Andrade, para responder às questões 4 e 5.

Texto II

José

- 1 E agora, José?
A festa acabou,
A luz apagou,
4 O povo sumiu,
A noite esfriou,
E agora, José?
7 E agora, você?
Você que é sem
nome,
Que zomba dos
outros,
10 Você que faz
versos,

Que ama,
 protesta!?
 E agora, José?
 (...)

13	Se você gritasse, Se você gemesse,	22	Sozinho no escuro Qual bicho-do- mato,
	Se você tocasse		Sem teogonia,
16	A valsa vienense, Se você dormisse, Se você cansasse,	25	Sem parede nua Para se encostar, Sem cavalo preto
19	Se você morresse... Mas você não morre, Você é duro, José!	28	Que fuja a galope, Você marcha, José? José, para onde?

Poesia e prosa completa. Rio de Janeiro, Aguilar, 1973, p.130.

QUESTÃO 4

Um aspecto genial da obra literária é a sua permanente atualidade: passam-se os anos, e ela continua falando ao leitor, apresentando-lhe questionamentos e propondo respostas que ajudem nas soluções dos seus problemas. No que diz respeito ao conteúdo do poema, julgue os itens a seguir.

1. O autor apresenta uma situação existencial limite, passível de acontecer com qualquer indivíduo.
2. O nome do interlocutor – José – surge como uma ironia frente à afirmação contida no oitavo verso.
3. O poema tem um conteúdo trágico, à medida que José passa da situação aludida na primeira estrofe, para a desdita do momento atual, destacada na última estrofe.
4. Na penúltima estrofe, a imortalidade, transgressão à característica humana da temporalidade, é atribuída ao protagonista para lhe conferir caráter santificado.
5. a expressão temporal “E agora” (v.1, 6, 7 e 12) e a circunstância condicional “Se você” (v.13 a 15 e 17 a 19) sugerem a aproximação do poema ao seguinte provérbio popular: **o que não tem remédio, remediado está.**

QUESTÃO 5

Com referência às características do estilo do autor, apresentadas nos textos I e II, julgue os itens abaixo.

1. Ao contrário do que acontece no texto I, o autor utiliza no poema formas que transgridem a língua padrão.
2. A passagem em inglês “*Ladies first!*” (texto I, l.22) assim como a referência à cidade de Viena, na Áustria, (texto II, v.16) sugerem que o autor é antinacionalista.
3. Ao contrário do que ocorre no texto II, no texto I predominam o humor e linguagem irônica.
4. Leis, decretos-leis e decretos, no texto I, bem como o “cavalo preto” (texto II, v.27), são animados pelo autor, por meio da figura de linguagem chamada **personificação**.
5. O emprego de certos sinais de pontuação, nos dois textos, indica exteriorização de estados psíquicos do falante, como, por exemplo, de apelo.

QUESTÃO 6

Julgue os itens que se seguem quanto à correção gramatical.

1. O homem indagou por que existem tantas leis.
2. Há os decretos-leis de número cinco mil, oitocentos e quarenta e quatro, seis mil e setenta e hum, sete mil, oitocentos e oitenta e cinco, nove mil, trezentos e trinta, o nove mil, quatrocentos e sete, e outros.
3. Pagarás só quatro formas de impostos: o cedular, o complementar, o adicional, e o percentual, de proteção à família; é facilímo!
4. José, o que você vai fazer agora: que a festa acabou; que a luz apagou; que o povo, sumiu, e que a noite esfriou?
5. E agora José? Você que além de ganhar dos outros e ser sem nome, para onde você marcha?

Leia o texto II a seguir para responder às questões 7 e 8.

Texto III

Aperto no contribuinte

(Receita prevê que dez milhões de brasileiros vão declarar o IR este ano)

1 A Secretaria da Receita Federal quer conhecer
melhor a população brasileira por intermédio da
declaração do Imposto de Renda de 1998. Para
4 isso, reduziu os limites de isenção para quem
tem posses e bens sem rendimentos e para os
que têm rendimentos isentos ou tributados
7 exclusivamente na fonte. Com isso, o número
de declarantes deverá subir de 8,8 milhões no
ano passado para dez milhões em 1998. Um
10 aumento de 14%. Parte pelo crescimento da
população, parte pelas reduções dos limites.
Para quem vive do trabalho, as regras do ano
13 passado foram mantidas. Todos que tiveram
rendimentos a partir de R\$ 10.800,00 em 1997
(renda mensal de R\$ 900,00) estão obrigados a
prestar contas ao fisco.

De uma maneira geral, as regras para o
preenchimento do Imposto de Renda da Pessoa
16 Física estão mantidas, lembrou o supervisor
nacional do programa, Luiz Carlos Rocha de
Oliveira. Os contribuintes poderão abater
19 integralmente os gastos com previdência
privada e com despesas médicas, aí incluídos
tratamentos dentários. Podem descontar ainda
22 R\$ 1.080,00 por dependente e os gastos com
instrução até R\$ 1.700,00 por dependente e
com eles mesmos.

A Receita quer entrar de cabeça na era
eletrônica. Segundo o supervisor nacional do
25 Imposto de Renda 1998, estão no forno, sendo
preparadas para vir a mercado, duas grandes
novidades. A primeira delas é o Documento de
28 Arrecadação da Receita Federal (DARF)
eletrônico. “Quem tiver imposto a pagar e for
usuário de banco pela Internet poderá utilizar
31 esse dispositivo”, explicou. “Sem sair de casa,
poderá acertar suas contas com a Receita”.
Outra novidade vai ajudar muito os
34 trabalhadores autônomos. “Estamos criando um
novo programa em disquete para os autônomos
que precisam prestar contas à Receita ao longo
37 do ano por meio do carnê-leão”. O contribuinte
vai instalar o programa em seu computador e
fará a contabilidade todos os meses. No
próximo ano, terá apenas que buscar a
informação de quanto pagou com o carnê-leão”
e jogar diretamente na declaração anual,
explicou Oliveira.

Depois de passar o prazo para os contribuintes
40 entregarem a declaração do Imposto de Renda
deste ano, vai ser a vez dos isentos que
têm CPF e conta bancária fazerem uma

43 espécie de cadastramento. É que a Receita Federal quer diminuir o número de CPFs existentes no país. “Há muitos casos de 46 pessoas que morreram e continuam cadastradas, muita duplicidade, números de pessoas que não existem e outros de gente 49 que foi embora do país”, disse. Prazos e formulário para essa iniciativa ainda estão sendo estudados. Mas Oliveira explicou que 52 o trabalho deverá começar em maio ou junho. “Quem não se manifestar, terá o número de seu CPF cancelado. Estamos estudando, inclusive, um modo de as pessoas se apresentarem por telefone. Mas também haverá opção de responderem pela Internet e pelos tradicionais formulários.”

Liana Verdini. Economia & Trabalho. **Correio Braziliense**, 14/02/98, p. 16 (com adaptações)

QUESTÃO 7

Confrontando o texto III, **Aperto no contribuinte**, com o texto I, **Sonho de uma noite de abril**, quanto às idéias apresentadas, ao estilo e à forma de discussão do tema, julgue os itens seguintes.

1. Ambos os textos discutem o mesmo tema, mas por meio de tipologias diferentes: o texto I é narrativo e dialógico; o texto III é informativo/dissertativo e apresenta algumas citações.
2. São aspectos presentes nos dois textos: os descontos com instrução, com dependentes, com previdência privada e com despesas médicas; a faixa de isenção; as modalidades de recolhimento e o prazo para entrega da declaração.
3. O texto de Drummond põe em questão a multiplicidade de instrumentos legais que normatizam o tema, aspecto que é ignorado no texto III.
4. O texto III, diferentemente do texto I, tem como foco a Secretaria da Receita Federal e não considera os sentimentos do cidadão na hora do **Aperto no contribuinte**.
5. Enquanto o texto I é predominantemente conotativo, estruturado em linguagem figurada, o texto III é essencialmente denotativo, primando pela objetividade das informações.

QUESTÃO 8

Os itens a seguir apresentam períodos do texto III, reestruturados. Tendo como parâmetro o texto original, julgue-os quanto à manutenção do sentido na nova versão.

1. Linhas 27 a 29: **Esse dispositivo poderá ser utilizado por quem tiver imposto a pagar e for usuário de banco pela Internet.**
2. Linhas 32 a 34: **Um novo programa em disquete está por ser criado, ao longo do ano, para os autônomos que precisem prestar contas à Receita, por meio do carnê-leão.**
3. Linhas 36 a 38: **Segundo Oliveira, o contribuinte terá apenas de buscar a informação de quanto foi pago por meio do carnê-leão e jogar diretamente na declaração anual, no ano seguinte.**
4. Linhas 44 a 46: **Existem casos de muitas pessoas que faleceram e permanecem cadastradas; muita duplicidade, números de cadastro de contribuintes inexistentes e outros de pessoas que foram embora do país.**
5. Linhas 49 a 52: **Estamos estudando um modo de cancelar o CPF das pessoas que não se apresentarem por telefone.**

QUESTÃO 9

Com referência à correção no emprego dos sinais de pontuação, julgue os itens que se seguem.

1. A Secretaria da Receita Federal quer conhecer melhor a população brasileira, por intermédio da declaração do Imposto de Renda de 1998; para isso, reduziu os limites de isenção: para quem tem posses, bens sem rendimentos, para os que têm rendimentos, isentos ou tributados, exclusivamente na fonte.

2. De uma maneira as geral as regras para o preenchimento do Imposto de Renda da Pessoa Física estão mantidas – lembrou o supervisor nacional do programa, Luiz Carlos Rocha de Oliveira –: os contribuintes poderão abater integralmente os gastos com previdência privada e com despesas médicas (aí incluídos tratamentos dentários); podem descontar ainda R\$ 1.080,00 por dependente e os gastos com instrução, até R\$ 1.700,00 por dependente, inclusive com a deles mesmos.
3. A Receita quer entrar de cabeça na era eletrônica! Segundo o supervisor nacional, do Imposto de Renda-1998, estão no forno sendo preparadas para vir a mercado, duas grandes novidades: a primeira delas é o DARF eletrônico; a segunda é a declaração pela Internet, sem sair de casa.
4. Outra novidade vai ajudar muito os trabalhadores autônomos; um novo programa em disquete – para os autônomos que precisam prestar contas, ao longo do ano – por meio do carnê-leão. O contribuinte instalará o programa em seu computador, e fará a contabilidade todos os meses – explicou Oliveira.
5. Depois de passar o prazo para os contribuintes entregarem a declaração, vai ser a vez de os isentos, que têm CPF, fazerem uma espécie de recadastramento; é que a Receita Federal quer diminuir o número de CPFs existentes no país, porque há muitas irregularidades.

QUESTÃO 10

Julgue os itens a seguir com referência à correção ortográfica, vocabular, morfossintática e semântica.

1. O serco aperta para quem têm bens e para quem têm rendimentos-extra, fora as receitas de trabalho.
2. As empresas estão obrigadas a enviar para a Receita Federal a lista completa do imposto de renda retido na fonte de seus funcionários, até o dia 27 de fevereiro de 1998.
3. Os brasileiros terão até o dia 30 de abril para entregar suas declarações nas unidades da SRF em todo o País, ou nas agências bancárias.
4. O primeiro dos sete lotes de restituição irão para os bancos no dia 15 de junho e, como no ano passado, receberão primeiro os que declararem via Internet ou via disquete.
5. A Receita também está interessada em saber quem possui rendimentos isentos, de aplicações financeiras ou de aluguéis, de valor igual ou superior a R\$ 40 mil por ano.

CONTABILIDADE

QUESTÃO 11

Fusão, incorporação e cisão são modalidades de reorganização de sociedades, previstas em lei, que permitem às empresas, a qualquer tempo, promover as reformulações que forem apropriadas, atendendo a diversos objetivos. Acerca desse assunto, julgue os itens abaixo.

1. Um processo de incorporação, fusão ou cisão, antes de se efetivar, requer que os órgãos da administração ou sócios das sociedades interessadas firmem um protocolo, que incluirá os critérios e as principais bases de efetivação da modalidade de reorganização a ser implementada.
2. Até sessenta dias após publicados os atos relativos à incorporação ou fusão, o credor por ela prejudicado poderá pleitear judicialmente a anulação da operação.
3. Incorporação é a operação pela qual se unem duas ou mais sociedades para formar sociedade nova, que lhes sucederá em todos os direitos e obrigações.
4. Fusão é a operação pela qual a companhia transfere parcelas do seu patrimônio para uma ou mais sociedades, constituídas para esse fim, ou já existentes, extinguindo-se a companhia fusionada, se houver versão de todo o seu patrimônio, e dividindo-se o seu capital, se a versão for parcial.
5. Na incorporação, fusão ou cisão, a contabilidade pode adotar o critério de avaliação dos ativos a valores de saída, na base de liquidação forçada, decaindo os princípios de contabilidade, a menos que se trate de companhia aberta, com ações negociadas em bolsa de valores.

QUESTÃO 12

A Resolução CFC n.º 750, de 29 de dezembro de 1993, estabeleceu os princípios fundamentais de contabilidade aplicáveis às sociedades brasileiras. A respeito desse assunto, julgue os itens seguintes.

1. Na aplicação dos princípios fundamentais de contabilidade a situações concretas, a essência das transações deve prevalecer sobre seus aspectos formais.

2. Como resultado da observância do princípio da oportunidade, o registro das variações patrimoniais não deve ser feito na hipótese de somente existir razoável certeza de sua ocorrência, mesmo que tecnicamente estimável.
3. A continuidade influencia o valor econômico dos ativos e, em muitos casos, o valor ou o vencimento dos passivos.
4. Conforme o princípio do registro pelo valor original, uma vez integrado ao patrimônio, o bem, o direito ou a obrigação não poderá ter alterado seu valor intrínseco, admitindo-se, tão-somente, sua decomposição em elementos e/ou sua agregação, parcial ou integral, a outros elementos patrimoniais.
5. O princípio da prudência não se aplica somente às mutações posteriores.

QUESTÃO 13

A demonstração do resultado do exercício é de grande importância para o usuário da informação contábil, pelo seu conteúdo, evidenciando as transações econômicas realizadas por uma empresa em um determinado período de tempo e o seu resultado, em termos de lucro líquido ou prejuízo, permitindo a análise do desempenho da empresa. Com relação a esse tema, julgue os itens que se seguem.

1. Visando à elaboração da demonstração do resultado do exercício, para satisfazer às exigências societárias, a contabilização das vendas deve ser feita apenas pelo seu valor líquido.
2. Para os fins de preparação da demonstração do resultado consolidada, devem ser eliminadas as receitas e despesas de transações realizadas entre empresas pertencentes ao mesmo conglomerado econômico, objeto da consolidação.
3. No caso de contratos de fornecimento de longo prazo, o reconhecimento da receita e do custo correspondente deve ser feito na medida do progresso físico dos contratos, pelo método de percentagem de acabamento.
4. Na avaliação do custo dos produtos vendidos, caso das empresas industriais, o método mais adequado é o do custeio direto (ou custeio variável), em consonância com os princípios fundamentais de contabilidade.
5. Certas receitas auferidas pelas empresas, como aquelas oriundas dos empregados pelo uso de refeitório, devem ser registradas como receitas e nunca como redução de despesas.

QUESTÃO 14

As empresas mercantis devem preparar as demonstrações contábeis em cada período, nelas contemplando o valor correspondente ao imposto sobre a renda. Acerca desse assunto, julgue os itens a seguir.

1. No balanço, o imposto sobre a renda pode ser apresentado no ativo e no passivo, simultaneamente.
2. O imposto sobre a renda pode ser um passivo circulante ou um passivo de longo prazo.
3. O imposto sobre a renda, se classificável no ativo, será registrado sempre no circulante e nunca no realizável a longo prazo.
4. Pelas normas fiscais, o valor do imposto sobre a renda provisionado em despesa considerada como não-dedutível, em condições permanentes, que tenha influenciado na determinação do lucro líquido do período.
5. O valor de imposto sobre a renda de ajuste de exercícios anteriores deve ser reconhecido como resultado do exercício em que o ajuste foi contabilizado.

QUESTÃO 15

Com relação à elaboração anual das demonstrações contábeis, nas quais as empresas devem observar os princípios fundamentais de contabilidade e uma série de normas que tratam dos seus critérios de preparação, inclusive das notas explicativas, julgue os seguintes itens.

1. No balanço, os elementos do ativo devem ser apresentados, sempre, em ordem crescente de grau de liquidez.
2. As obras de arte devem ser registradas no ativo diferido.
3. As provisões para contingências devem ser apresentadas no patrimônio líquido.
4. A demonstração das origens e aplicações de recursos deve evidenciar as variações ocorridas no capital circulante líquido.
5. A demonstração das mutações do patrimônio líquido deve evidenciar os dividendos sobre o resultado do exercício.

QUESTÃO 16

Quanto aos critérios de avaliação patrimonial que devem ser observados na contabilização dos ativos e passivos, julgue os itens abaixo.

- 1 Os valores mobiliários mantidos temporariamente no ativo devem ser avaliados ao custo de aquisição, atualizados pelos juros ou pela correção transcorridos, e reduzidos ao valor de mercado, se esse for menor.
- 2 Os estoques devem ser avaliados pelo valor de mercado.
- 3 Os investimentos relevantes em coligadas e controladas devem ser avaliados ao custo, mais correção monetária, ajustados pelo método de equivalência patrimonial.
- 4 Outros investimentos – que não os feitos em coligadas e controladas –, devem ser avaliados pelo valor de mercado, destacando contabilmente o ágio ou deságio na aquisição.
- 5 Os resultados de exercícios futuros devem ser demonstrados pela diferença entre receitas e custos ou despesas correspondentes.

QUESTÃO 17

Uma empresa apresenta a seguinte estrutura patrimonial: ativo circulante = 5%; ativo realizável a longo prazo = 1%; ativo permanente = 94%; passivo circulante = 10%; exigível a longo prazo = 15% e patrimônio líquido = 75%. Com base nesses dados, julgue os itens seguintes.

- 1 A liquidez dessa empresa é menor que um.
- 2 A liquidez geral dessa empresa é maior que um.
- 3 O quociente de imobilização de capitais próprios é inferior a um.
- 4 O capital de giro próprio dessa empresa é positivo.
- 5 Essa estrutura patrimonial revela que pode tratar-se de uma empresa intensiva em capital.

QUESTÃO 18

Julgue as conclusões de análise das demonstrações contábeis apresentadas nos itens que se seguem.

- 1 Abstraindo-se de outros compromissos, uma empresa que possui um quociente de liquidez igual a 0,71, um prazo médio de renovação do circulante de trinta dias e um prazo médio de pagamento dos compromissos de curto prazo de noventa dias não se encontra em situação financeira difícil.
- 2 Uma empresa com um quociente de endividamento de 0,11 e que opera com prejuízo anual na base de 20% do seu patrimônio líquido deverá enfrentar sérias dificuldades financeiras ao longo do tempo, caso a situação de prejuízo não ser reverta.
- 3 Uma empresa que imobilizou totalmente o seu capital próprio e que necessita expandir a sua planta instalada só tem como opção o aumento do seu endividamento.
- 4 Um índice de liquidez elevado e um prejuízo acentuado em uma mesma empresa são condições reveladoras de uma boa situação econômica contrastando com dificuldades financeiras.
- 5 A alavancagem financeira positiva decorre da utilização de capitais de terceiros com juros (ajustados pelo efeito do imposto sobre a renda e da contribuição social sobre o lucro) superiores à taxa de retorno dos ativos da empresa.

QUESTÃO 19

Acerca da análise de balanço, julgue os itens a seguir.

- 1 O quociente de retorno sobre o ativo multiplicado pelo quociente do ativo financiado pelo patrimônio líquido (patrimônio líquido / ativo) resulta no quociente de retorno sobre o patrimônio líquido.

- 2 A margem de lucro sobre as vendas é um indicador de avaliação da dependência de capitais de terceiros por parte da empresa.
- 3 O prazo de recebimento de contas é um indicador componente do método Du Pont de avaliação da taxa de retorno do investimento.
- 4 Uma situação de rentabilidade moderada e normalizada é adequada para um endividamento com prazo de pagamento alongado.
- 5 A taxa de juros é fator determinante do nível de endividamento que uma empresa pode assumir, em conjunto com o nível de rentabilidade esperado para os ativos.

QUESTÃO 19

Acerca da análise de balanço, julgue os itens a seguir,

- 1 O quociente de retorno sobre o ativo multiplicado pelo quociente do ativo financiado pelo patrimônio líquido (patrimônio líquido / ativo) resulta no quociente de retorno sobre o patrimônio líquido.
- 2 A margem de lucro sobre as vendas é um indicador de avaliação da dependência de capitais de terceiros por parte da empresa.
- 3 O prazo de recebimento de contas é um indicador componente do método Du Pont de avaliação da taxa de retorno do investimento.
- 4 Uma situação de rentabilidade moderada e normalizada é adequada para um endividamento com prazo de pagamento alongado.
- 5 A taxa de juros é fator determinante do nível de endividamento que uma empresa pode assumir, em conjunto com o nível de rentabilidade esperado para os ativos.

QUESTÃO 20

De acordo com a Norma de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis NBC-T-11, aprovada pela Resolução CFC n.º 700/91, julgue os itens abaixo.

- 1 Salvo declaração expressa em contrário, constante do parecer, entende-se que o auditor considera adequadas as informações divulgadas nas demonstrações contábeis, tanto em termos de conteúdo quanto de forma.
- 2 Os papéis de trabalho são de propriedade exclusiva do auditor que é o responsável por sua guarda e sigilo.
- 3 O termo **fraude** aplica-se a atos involuntários de omissão, desatenção, desconhecimento ou má interpretação de fatos na elaboração de registros e demonstrações contábeis.
- 4 Os testes substantivos visam à obtenção de uma razoável segurança de que os procedimentos de controle interno estabelecidos pela administração estão em efetivo funcionamento, inclusive quanto ao seu cumprimento pelos funcionários da entidade.
- 5 Risco de auditoria é a possibilidade de o auditor vir a emitir uma opinião tecnicamente inadequada sobre demonstrações contábeis significativamente incorretas.

QUESTÃO 21

A aplicação dos procedimentos de auditoria independente deve ter como finalidade a obtenção de elementos de convicção válidos para a elaboração do parecer. A respeito do assunto, julgue os seguintes itens.

- 1 O sistema de controles internos é de responsabilidade da auditoria que deve oferecer sugestões objetivas, sistematicamente, visando ao seu constante aprimoramento.
- 2 A inspeção representa o ato de examinar os registros, documentos e ativos tangíveis, com a finalidade de obter elementos de convicção.
- 3 A revisão analítica representa a conferência da exatidão aritmética de documentos comprobatórios, registros e demonstrações contábeis e outras circunstâncias.
- 4 A investigação e a confirmação representam a ação de obter informações junto a pessoas ou entidades conhecedoras da transação, dentro ou fora da entidade.
- 5 A observação é o acompanhamento de processo ou procedimento, quando de sua execução.

QUESTÃO 22

Julgue os itens abaixo, relativos aos procedimentos e ao parecer do auditor independente.

- 1 As estimativas contábeis são de responsabilidade do auditor independente e baseiam-se em fatores objetivos e subjetivos, requerendo o seu julgamento na determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.
- 2 O auditor deve aplicar procedimentos específicos em relação aos eventos ocorridos entre a data do balanço e a do seu parecer, que possam demandar ajustes nas demonstrações contábeis ou a divulgação de informações nas notas explicativas.
- 3 A limitação na extensão dos trabalhos do auditor independente, com efeitos relevantes para as demonstrações contábeis, deve conduzir à opinião adversa.
- 4 O parecer com ressalva é emitido quando o auditor conclui que o efeito de qualquer discordância ou restrição na extensão de um trabalho não é de tal magnitude que requeira parecer adverso ou abstenção de opinião.
- 5 O auditor não deve incluir no seu parecer, sob a forma de ressalva, esclarecimentos para a correta interpretação das demonstrações contábeis, quando estas forem omissas a respeito.

QUESTÃO 23

Julgue os seguintes conceitos, aplicáveis à área de custos.

- 1 Gasto é o sacrifício financeiro com que a entidade arca para a obtenção de um produto ou serviço qualquer, sacrifício este representado por entrega ou promessa de entrega de ativos (normalmente dinheiro)
- 2 Custeio por absorção é o método que consiste na apropriação de todos os custos de produção aos bens elaborados, e somente os de produção.
- 3 Custo indireto de fabricação é o custo que não depende de critério de rateio ou outro estimativo para sua apropriação ao custo do produto.
- 4 Todos os custos diretos são custos primários.
- 5 O RKW é o método de alocação de custos aos produtos qual considera todos os custos, diretos e indiretos, e as despesas, exceto as de vendas e as financeiras.

QUESTÃO 24

Com relação aos custos para decisão, julgue os itens que se seguem.

- 1 O custeio variável é a forma de apropriação de custos aos produtos que considera apenas os custos variáveis, de maneira que a depreciação ou o aluguel do prédio da fábrica deve ser registrado diretamente como despesa.
- 2 O conceito de margem de contribuição é importante auxiliar a gerência na identificação da real rentabilidade de um produto, entre outros, em uma mesma linha de produção, considerando todos os custos envolvidos, inclusive os da administração geral.
- 3 O conceito de margem de contribuição é de grande importância para a administração nas decisões sobre o preço de um produto e o melhor aproveitamento da capacidade instalada.
- 4 Quando não há limitação na capacidade produtiva, o produto mais rentável é o que apresentar maior margem de contribuição por unidade.
- 5 havendo limitação na capacidade produtiva, os custos fixos não produzem valores finais de lucros unitários válidos para decisão, se forem alocados em proporção ao que cada produto utilizar do fator de limitação da capacidade produtiva.

QUESTÃO 25

Acerca de produção por ordem e produção contínua, julgue os itens a seguir,

- 1 As empresas de telefonia, de energia elétrica e petroquímicas, nas suas atividades operacionais de prestação de serviço ou industriais, são clássicos exemplos de produção por ordem.

- 2 Tanto na produção por ordem como na produção contínua, os custos indiretos são acumulados nos diversos departamentos para depois serem alocados aos produtos.
- 3 Havendo danificação e perda de uma ordem de produção inteira ou em estado adiantado de produção, de valor relevante, o tratamento contábil mais adequado é a baixa direta para perda do período.
- 4 O conceito de equivalente de produção é utilizado para apuração dos custos unitários na produção por ordem.
- 5 As perdas normais dos processos produtivos devem ser separadas contabilmente, para apropriação como retificação das receitas em cada período, permitindo uma avaliação mais adequada dos resultados pela gerência.

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 26

Nos capítulos LX e LXIV de **Esau e Jacó**. Machado de Assis traça o ambiente de perplexidade e de surpresa com que o povo recebeu a notícia da proclamação da República.

Quando Aires saiu do Passeio Público, suspeitava alguma coisa, e seguiu até o Largo da Carioca. Poucas palavras e sumidas, gente parada, caras espantadas, vultos que arrepiavam caminho, mas nenhuma notícia clara nem completa.

(...)

Aires quis aquietar-lhe o coração. Nada se mudaria; o regime, sim, era possível, mas também se muda de roupa sem trocar de pele. Comércio é preciso. Os bancos são indispensáveis. No sábado, ou quando muito na segunda-feira, tudo voltaria ao que era na véspera, menos a constituição.

A ironia do texto não impede que sejam tecidas algumas considerações sobre conseqüências jurídicas e políticas da forma de governo republicana, bem como acerca da natureza das constituições e do poder constituinte. Com relação a esses temas, julgue os itens abaixo.

- 1 Conforme a doutrina moderna, em uma república idealmente, os que exercem funções políticas representam o povo e decidem em seu nome, mediante mandatos renováveis periodicamente.
- 2 A constituição que se segue a um movimento revolucionário que conquista o poder, com ruptura da ordem jurídica anterior, é tida como obra do poder constituinte originário.
- 3 Uma constituição que se origina de órgão constituinte composto por representantes do povo denomina-se constituição outorgada.
- 4 Constituições, como a brasileira de 1988, que prevêm a possibilidade de alteração do seu próprio texto, embora por um procedimento mais difícil e com maiores exigências formais do que o empregado para a elaboração de leis ordinárias, classificam-se como constituições semi-rígidas.
- 5 Como é típico do princípio republicano, o chefe do Poder Executivo brasileiro, durante a vigência do seu mandato, pode ser responsabilizado por crimes políticos, embora não o possa ser por crimes comuns.

QUESTÃO 27

O direito de ampla defesa, juntamente com o princípio do devido processo legal, é garantido pela Constituição brasileira. Com relação ao tema, julgue os itens a seguir.

- 1 A garantia da ampla defesa não é incompatível com a fixação de prazos para a apresentação de provas e recursos no âmbito administrativo.
- 2 Por força da garantia da ampla defesa, todas as provas requeridas pelo acusado devem ser admitidas pelas autoridade que preside o processo contra ele aberto.
- 3 Não ofende o princípio do devido processo legal nem a garantia da ampla defesa a suspensão imediata do pagamento de benefício devido pela previdência a seu segurado, tão logo a administração receba evidências de fraude na concessão do benefício, contando que, pelo menos antes da cassação definitiva do benefício, o segurado tenha a oportunidade de apresentar as suas razões.
- 4 Não ofende a garantia da ampla defesa a produção de prova testemunhal, sem a presença do acusado, se este, intimado à audiência, a ela não comparecer sem motivo justificado.
- 5 As garantias constitucionais da ampla defesa e do devido processo legal têm aplicação exclusiva nos processos administrativos ou judiciais em que alguém se acha na condição de acusado de infração administrativa ou criminal.

QUESTÃO 28

A respeito dos direitos fundamentais na Constituição de 1988, julgue os itens seguintes.

1 Considere que, em uma investigação criminal, realizada sem autorização judicial, foi feita a gravação de comunicações telefônicas de J. Silva e que, no entanto, não se apurou o cometimento de nenhum crime por parte deste; mas as gravações revelaram fatos que poderiam, em tese, ensejar a aplicação de sanções administrativas a ele. Nessa situação, a administração não poderá punir J. Silva com base exclusivamente nos fatos tornados conhecidos pela gravação realizada.

2 Sabendo que, segundo a constituição, é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer, é correto concluir que, enquanto não sejam definidas por lei as qualificações necessárias para o desenvolvimento de certa atividade profissional, ela não poderá ser exercida.

3 Qualquer indivíduo, desde que brasileiro, é parte legítima para ajuizar ação popular que vise anular ato lesivo ao patrimônio público.

4 A Constituição não admite penas de caráter perpétuo ou de trabalhos forçados.

5 Mesmo sabendo que a Constituição estabelece que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória, não é correto afirmar que o indivíduo somente possa ser legitimamente preso depois de transitada em julgado a sentença penal condenatória.

QUESTÃO 29

Acerca das emendas à Constituição, julgue os itens que se seguem.

1 A proposta de emenda à Constituição que disponha sobre regime jurídico dos servidores públicos, importando aumento de despesas, é da iniciativa exclusiva do presidente da República.

2 A proposta de emenda à Constituição votada e aprovada no Congresso Nacional não é submetida à sanção do presidente da República antes de ser promulgada.

3 Uma emenda à Constituição que institua a forma unitária de Estado é, ela própria, inconstitucional e pode ser assim declarada pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

4 No quadro de hierarquia das normas, a emenda à Constituição situa-se no mesmo nível das normas produzidas pelo poder constituinte originário.

5 O texto constitucional admite expressamente que a Constituição seja emendada por meio de proposta de certo número de cidadãos do país.

QUESTÃO 30

Acerca do Poder Judiciário e das funções essenciais à Justiça, julgue os seguintes itens.

1 Um cidadão de cinquenta e cinco anos, de reputação ilibada, respeitado professor de Direito, que nunca exerceu a advocacia nem se inscreveu na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), não preenche os requisitos pessoais para ser nomeado Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), mas preenche os requisitos pessoais para ser indicado Ministro do STF.

2 Os membros do Ministério Público são subordinados hierarquicamente aos juízes perante os quais atuam.

3 Cabe ao STJ julgar, em recurso especial, as causas decididas em única instância pelos Tribunais Regionais Federais, quando a decisão recorrida contrariar lei federal.

4 O Procurador-Geral da República é a autoridade máxima dos Ministérios Públicos da União e dos estados.

5 Considere a seguinte situação: **Um segurado do INSS ajuizou ação contra essa autarquia em comarca do interior do seu estado, que não é sede de vara de juízo federal. A demanda tinha expressivo valor econômico e a sua especial importância recomendou rápida solução para o litígio. O INSS não possuía procuradores lotados naquela cidade.** Nessas condições, agiu corretamente o juiz, ao nomear o promotor de justiça do local para, em caráter excepcional, atuar como representante judicial da autarquia no caso, e apenas na primeira instância.

QUESTÃO 31

A respeito do sistema tributário nacional, julgue os itens abaixo.

1. Nenhum imposto pode ser exigido sem que lei o estabeleça, mas há impostos que podem ter a sua alíquota alterada por ato do Poder Executivo.
2. Somente a União, por meio de lei complementar, pode instituir empréstimo compulsório.
3. A União não pode instituir imposto sobre a renda dos municípios; não há, porém, limitação a que um imposto federal incida sobre a renda de autarquias dos municípios.
4. A União não pode instituir isenções de tributos da competência dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
5. Visando proteger o nível de atividade econômica em seu território, o estado-membro está constitucionalmente autorizado a graduar diferentemente as alíquotas dos seus tributos, em razão da região de procedência ou de destino dos bens.

QUESTÃO 32

Julgue os itens a seguir, relativos a medidas provisórias.

1. Sabendo que a Emenda Constitucional n.º 11, de 1996, estabeleceu que é facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei, é correto afirmar que o presidente da República não pode expedir medida provisória para regular a admissão desses professores, técnicos e cientistas estrangeiros no quadro das universidades.
2. O presidente da República pode, legitimamente, reeditar medida provisória que o Congresso Nacional não tenha apreciado no prazo de trinta dias da sua edição.
3. Em casos de especial urgência, é possível, por meio de medida provisória, tipificar como crime condutas danosas à sociedade.
4. Sabendo que a Constituição estabelece que lei complementar disporá sobre dívida pública externa e interna, incluída a das autarquias, fundações e demais entidades controladas pelo poder público, é correto afirmar que essa mesma matéria não pode ser regulada por meio de medida provisória.
5. A medida provisória não pode regular diferentemente assunto já disciplinado por lei ordinária.

QUESTÃO 33

A idéia da inaplicabilidade da lei inconstitucional é uma decorrência do princípio da hierarquia das leis (...). Na ordem jurídica interna, a Constituição é a lei suprema, a matriz de todas as outras manifestações normativas do Estado. (...) O Parlamento ou o Congresso é, no regime constitucional, mero e simples mandatário, cujos poderes se encontram enumerados no instrumento formal do mandato, que é a Constituição. Não lhe é possível, pois, juridicamente, praticar atos em contradição com os dispositivos constitucionais, porque, assim agindo, estaria excedendo os limites de sua competência. (...) Todo o ato que lhe for contrário é destituído de valor jurídico.

Lúcio Bittencourt. **O Controle Jurisdicional da Constitucionalidade das Leis**. Rio de Janeiro, Forense, 1968, p. 63-4.

Com o auxílio do texto acima e da teoria do controle da constitucionalidade das leis, julgue os itens seguintes.

1. Tanto a inconstitucionalidade formal como a inconstitucionalidade material de uma lei geram a sua nulidade.
2. Qualquer juiz de primeira instância, ou qualquer turma ou outro órgão fracionário de tribunal, pode proclamar a inconstitucionalidade de uma lei, no exercício do chamado controle difuso de constitucionalidade (por via de exceção).
3. Mesmo que apenas parte de um artigo de lei seja inconstitucional, o julgador deverá, necessariamente, proclamar a inconstitucionalidade do texto integral do artigo.
4. Se o STF, apreciando um mandado de segurança, proclamar a inconstitucionalidade de uma lei, essa decisão, por si, somente produzirá efeitos para as partes envolvidas no processo.
5. No controle difuso, o julgador somente pode proclamar a inconstitucionalidade de uma lei se uma das partes ou o Ministério Público expressamente o requerer.

QUESTÃO 34

A respeito do controle abstrato da constitucionalidade de normas no direito brasileiro, julgue os itens que se seguem.

1. Somente o STF exerce o controle abstrato da compatibilidade de lei ou ato normativo federal ou estadual com a Constituição Federal.
2. A decisão do STF, em ação direta de inconstitucionalidade, proclamando a inconstitucionalidade de uma lei, tem eficácia *ex nunc*, isto é, a lei somente se torna inconstitucional a partir da decisão final da Corte.
3. A omissão legislativa também pode ensejar ação direta de inconstitucionalidade perante o STF.
4. Qualquer partido político pode ajuizar ação direta de inconstitucionalidade no STF contra a legitimidade de lei federal.
5. Declarada, em definitivo, inválida uma lei, pelo STF, em sede de ação declaratória de constitucionalidade, um fiscal do INSS não poderá autuar uma empresa por descumprimento de obrigação fixada na mesma lei.

QUESTÃO 35

Julgue os seguintes itens.

1. Pela sistemática instituída na Constituição de 1988, a seguridade social é totalmente financiada por recursos provenientes de contribuições para esse fim.
2. Os membros do Congresso Nacional e das assembléias legislativas somente podem responder a processo judicial ou administrativo, mesmo que de caráter fiscal, em seguida à autorização da casa legislativa a que pertencam.
3. Mesmo que o presidente da República vete projeto de lei, por entendê-lo inconstitucional, o veto pode ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos deputados e senadores, em escrutínio secreto.
4. Não se admite emenda parlamentar em projetos de lei da iniciativa exclusiva do presidente da República.
5. As leis complementares não têm a mesma posição hierárquica das normas constitucionais que regulam.

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 36

No âmbito da administração pública, a lei regula determinadas situações de forma tal que não resta para o administrador qualquer margem de liberdade na escolha do conteúdo do ato administrativo a ser praticado. Ao contrário, em outras situações, o administrador goza de certa liberdade na escolha do conteúdo, da conveniência e da oportunidade do ato que poderá ser praticado. Acerca desse importante tema para o direito administrativo – discricionariedade ou vinculação administrativa e possibilidade de invalidação ou revogação do ato administrativo –, julgue os seguintes itens.

1. O ato discricionário não escapa do controle efetuado pelo Poder Judiciário.
2. A discricionariedade administrativa decorre da ausência de legislação que discipline o ato. Assim, não existindo proibição legal, poderá o administrador praticar o ato discricionário.
3. Um ato discricionário deverá ser anulado quando praticado por agente incompetente.
4. Ao Poder Judiciário somente é dado revogar o ato vinculado.
5. O ato revocatório desconstitui o ato revogado com eficácia *ex nunc*.

QUESTÃO 37

Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único (RJU) dos servidores públicos civis federais, sofreu diversas e profundas alterações com a conversão da Medida Provisória n.º 1.573, e suas diversas reedições, na Lei n.º 9.527, de 10 de dezembro de 1997. Acerca dessas alterações, julgue os itens abaixo.

1. Apenas os servidores da União e das autarquias federais passam a ser regidos pelo RJU; os empregados de empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas serão regidos pelo regime celetista.
2. A ascensão e o acesso, que já haviam sido declarados inconstitucionais pelo STF, foram excluídos do RJU.
3. Da data da posse, o servidor deverá entrar em exercício no prazo de quinze dias, improrrogáveis.

4. O estágio probatório para servidor nomeado para cargo de provimento efetivo passa a ser de trinta meses.
5. Passa a ser admitida a demissão de servidor estável em decorrência de número excessivo de servidores.

QUESTÃO 38

Em face das regras constantes no RJU dos servidores públicos civis da União acerca das suas responsabilidades civil, penal e administrativa, julgue os itens seguintes.

1. Considere que tenha sido instaurado, contra servidor, processo penal pelo cometimento de crime contra a administração pública, e que este foi absolvido pela negativa de autoria. Em face dessa situação, a responsabilidade administrativa do servidor ficará automaticamente afastada.
2. Caso o servidor público a quem se imputou o dever de indenizar prejuízo causado ao erário venha a falecer, essa obrigação de reparar o ano poderá ser estendida aos sucessores.
3. As sanções civis, penais e administrativas não poderão ser cumuladas, a fim de se evitar múltipla punição.
4. Condenado criminalmente o servidor por fato que causou prejuízo a terceiro, a vítima do dano deverá demandar a indenização apenas do servidor, restando de pronto afastada a responsabilidade civil da administração.
5. A responsabilidade civil do servidor decorrerá apenas de ato doloso, seja este comissivo ou omissivo.

QUESTÃO 39

Suponha que tenha sido realizada licitação pelo INSS para construção de cem metros quadrados de calçadas para pedestres, conforme especificações constantes no edital. Julgadas as propostas, a licitação foi encaminhada à autoridade competente, que a homologou. Não sendo o objeto da licitação adjudicado, a empresa vencedora apresentou pedido de reconsideração em que alegou ter direito adquirido à celebração do contrato. Tendo sido este pedido aceito, a autoridade competente, antes de assinar o contrato, nele fez incluir cláusula em que impôs ao contratado a obrigação de apresentar garantia sob a modalidade de fiança bancária. Durante a execução do contrato, o INSS, julgando necessário construir dez metros quadrados adicionais de calçadas, fez novamente incluir, unilateralmente, essa alteração no contrato. Em face dessa situação, julgue os itens abaixo.

1. Foi correta a atitude da comissão de licitação ao encaminhar o processo licitatório à autoridade competente, pois a esta cabe adjudicar o objeto da licitação.
2. Tendo sido realizada a licitação, o INSS estaria obrigado a celebrar o contrato licitado com a empresa vencedora.
3. A atitude do INSS de exigir a apresentação de garantia pela empresa contratada é lícita, ainda que essa previsão não constasse no edital.
4. A empresa contratada está obrigada a aceitar a alteração do contrato relativo ao aumento do objeto do contrato.
5. Em face da situação descrita, é correto concluir que se trata de contrato de concessão de obra pública.

QUESTÃO 40

Acerca da obrigatoriedade e das modalidades de licitação, julgue os itens que se seguem.

1. A tomada de preços é modalidade de licitação em que somente poderão participar oferecendo propostas as pessoas cadastradas no órgão ou entidade licitante antes da publicação do edital.
2. Ainda que não tenha sido convidada, a empresa previamente cadastrada poderá apresentar proposta na licitação, sob a modalidade convite.
3. A existência de uma primeira fase de habilitação preliminar é uma das características da concorrência pública.
4. Em face de situação de emergência ou de calamidade pública, a licitação é dispensável.
5. Caracterize situação de inexigibilidade de licitação a existência de fornecedor exclusivo do produto ou serviço.

QUESTÃO 41

As autarquias caracterizam-se

1. pelo desempenho de atividades tipicamente estatais.
2. por serem entidades dotadas de personalidade jurídica de direito público.

3. por beneficiarem-se dos mesmos prazos processuais aplicáveis à administração pública centralizada.
4. como órgãos prestadores de serviços públicos dotados de autonomia administrativa.
5. por integrarem a administração centralizada.

QUESTÃO 42

A responsabilidade civil da administração pública, disciplinada pela Constituição Federal em seu art. 37, parágrafo 6.º, passou por diversas etapas até chegar ao seu estágio atual de evolução. De uma fase inicial em que o Estado não respondia pelos prejuízos causados aos particulares, a responsabilidade civil da administração pública obedece atualmente a regras especiais de direito público. A respeito desse tema, julgue os itens a seguir.

1. Vigora no Brasil, como regra, a teoria do risco integral da responsabilidade civil.
2. Quando demandando regressivamente, o agente causador do prejuízo responderá de forma objetiva perante a administração pública.
3. Em face de prejuízos causados a particulares, as empresas privadas prestadoras de serviços públicos submetem-se às mesmas regras de responsabilidade civil aplicáveis aos entes públicos.
4. Será subjetiva a responsabilidade civil do Estado por acidentes nucleares.
5. Ainda que se comprove erro judiciário, o Estado não estará obrigado a indenizar o condenado, haja vista a sentença judicial não possuir natureza de ato administrativo.

QUESTÃO 43

João da Silva ocupava o cargo de procurador autárquico do INSS. Em face das profundas alterações que a Constituição Federal tem sofrido no capítulo concernente à administração pública, João requereu, e foi-lhe deferida, a concessão de aposentadoria proporcional. Insatisfeito com sua nova situação de aposentado, João prestou novo concurso para o cargo de fiscal de contribuições previdenciárias do INSS. Considerando as regras constantes na legislação pertinente e a orientação jurisprudencial firmada pelo STF sobre acumulação e cargos, julgue os seguintes itens.

1. A acumulação dos proventos do cargo de procurador com os vencimentos do cargo de fiscal será considerada indevida.
2. Qualquer acumulação de cargo, emprego ou função públicos será tida como inconstitucional. Essa impossibilidade total de acumulação de cargos na atividade estende-se à acumulação na inatividade.
3. Independentemente da discussão acerca da acumulação dos cargos, João, empossado no novo cargo, terá de cumprir novo estágio probatório e, caso não o cumpra, será demitido.
4. Caso João renunciasse ao provento de aposentadoria, ainda assim seria reputada ilícita a acumulação de cargos de procurador e fiscal do INSS.
5. Caso o servidor tivesse pedido exoneração, e não a sua aposentadoria, do cargo de procurador, no qual já havia adquirido a estabilidade, e fosse empossado no cargo de fiscal, não teria de se submeter a novo estágio probatório.

DIREITO CIVIL

QUESTÃO 44

Acerca do instituto da responsabilidade civil, julgue os itens abaixo.

1. Admite-se, em princípio, no direito brasileiro que, em certas circunstâncias, o indivíduo seja indenizado tanto por danos morais como por danos materiais.
2. A indenização devida a título de responsabilidade civil tem sempre a natureza de pena e não precisa corresponder ao dano efetivamente suportado pela vítima.
3. O caso fortuito ou a força maior constituem causas excludentes de responsabilidade civil.
4. A responsabilidade civil por ato ilícito somente se caracteriza depois da condenação criminal do agente causador de dano.
5. O padrão também é responsável pela reparação civil do dano causado culposamente por seu empregado no desempenho do trabalho que lhe competia.

QUESTÃO 45

Maria contratou o costureiro Manoel, tendo em vista a sua considerável reputação nacional, encomendando-lhe um vestido de noiva a ser por ele próprio confeccionado. Com base nessa situação, julgue os itens a seguir.

1. Maria não está obrigada a aceitar o vestido, caso seja confeccionado por outro costureiro a pedido de Manoel, mesmo que este prove ser o vestido da melhor qualidade e se disponha a reduzir, pela metade, o preço ajustado.
2. Se, depois de celebrado o contrato, mas antes de vencido o prazo para a entrega do vestido, Manoel recusa-se a confeccioná-lo, alegando falta de tempo em virtude de novos compromissos assumidos, Maria poderá cobrar indenização por perdas e danos havidos, além de obter de volta o que já tenha pago pelo serviço.
3. Se Manoel morrer antes do termo final para a entrega do vestido, a obrigação resolver-se-á, sem que Maria tenha direito à indenização por perdas e danos.
4. Mesmo que Manoel se recuse, injustificadamente, a cumprir a sua obrigação, não será cabível a execução direta.
5. Nada impede que, no contrato celebrado entre Maria e Manoel, se estipule cláusula penal para o caso de mora, que será legítima desde que o valor da pena seja, no máximo, igual ao dobro acertado para a confecção do vestido.

QUESTÃO 46

Caio, um rico proprietário de diversos imóveis, sua mulher Rívia, com quem era casado em regime de separação total de bens, e seu filho, Tício, de três anos de idade, sofreram um acidente automobilístico, no qual Caio faleceu. Caio não deixou testamento, e os seus pais estão vivos. A partir dessas informações, julgue os itens seguintes.

1. Se somente Caio faleceu no acidente, os seus bens serão herdados por sua mulher, por seus pais e pelo filho, em cotas iguais.
2. Se, no mesmo acidente, Tício também morrer e se for apurado que Tício morreu depois de Caio, os pais de Caio nada herdarão, e os bens que eram de Caio ficarão com Rívia.
3. Se Tício também falecer no mesmo acidente e não for possível determinar quem morreu primeiro, os pais de Caio herdarão os seus bens e Rívia nada herdará.
4. Se Caio, Tício e Rívia, em decorrência do acidente morrerem, um em seguida ao outro, nessa ordem, os bens de Caio serão herdados pelos pais dele.
5. Se Rívia também falecer no acidente, Tício não herdará os bens de Caio, por ser menor absolutamente incapaz; os bens de Caio, nesse caso, serão herdados pelos pais dele.

QUESTÃO 47

Luzia, com vinte anos de idade, concluiu recentemente o curso superior de Engenharia, tendo acabado de colar grau, e agora deseja casar-se com Paulo, sendo que o casal pretende manter-se com o salário dele. Partindo dessa situação, julgue os itens que se seguem.

1. Se os pais de Luzia não consentirem no casamento, este somente poderá realizar-se quando ela completar vinte e um anos.
2. Se for adotado no casamento o regime legal de bens, os bens adquiridos por Luzia, mesmo depois do casamento, por meio de doação ou de legado em seu favor, somente a ele pertencerão.
3. Qualquer que seja o regime de bens adotado no casamento, Paulo somente poderá alienar bens imóveis com consentimento de Luzia.
4. Se for adotado, no casamento, o regime da comunhão universal de bens, os cônjuges poderão, mais tarde, desde que na constância do casamento, retratar-se da opção feita, passando a adotar o regime legal de bens.
5. Realizado o casamento, a obrigação de Paulo de sustentar a sua mulher cessará, se Luzia abandonar, sem justo motivo, a habitação conjugal, recusando-se a voltar a esta.

QUESTÃO 48

A respeito da disciplina dada pelo Código Civil aos bens móveis e imóveis, julgue os seguintes itens.

1. O trator pertencente ao dono de uma fazenda, mantido nesta para a sua exploração, agrícola, é considerado bem imóvel.
2. Um bem imóvel, objeto de compra e venda, é adquirido pelo comprador com a celebração, por instrumento público, do contrato respectivo.
3. Apenas os bens móveis podem ser objeto de hipoteca.

4. As árvores, aderidas ao solo, são bens imóveis.
5. O direito de propriedade sobre um edifício extingue-se com o desmoronamento completo do mesmo, ainda que subsista o direito ao terreno.

QUESTÃO 49

Suponha que uma determinada obrigação deva ser cumprida no domicílio do credor, pessoa natural. À vista da compreensão do conceito jurídico de domicílio, julgue os itens a seguir.

1. Se o credor tiver duas residências, nas quais alternadamente viva, a obrigação poderá ser satisfeita em qualquer dessas residências.
2. Se o credor estiver louco, devidamente interditado, a obrigação deverá ser cumprida no domicílio do seu curador.
3. Se o credor, funcionário público lotado em São Paulo – SP, estiver passando férias em uma casa de praia, alugada, em Parati – RJ, a obrigação poderá ser cumprida em qualquer uma das duas cidades.
4. Em qualquer hipótese, caso se trate de credora casada, a obrigação deverá ser satisfeita no domicílio de seu marido.
5. Se o credor não tiver residência habitual, a obrigação poderá ser satisfeita em qualquer lugar em que ele for encontrado.

QUESTÃO 50

O direito norte-americano, desde o século passado, protege certa quantidade de bens do patrimônio do devedor, para que a sua família não quede ao desamparo, em caso de desastre econômico (*homestead*). Tal instituto foi adotado por diversos países (cf. STJ – REsp 31.930 – RSTJ 75/303). No Brasil, semelhante preocupação ganhou diploma legal específico em 1990 (Lei n.º 8.009, de 29/03/90, que trata do **bem de família**). Acerca desse instituto, como regulado na lei mencionada, julgue os itens abaixo.

1. O imóvel residencial do casal não responde pelas dívidas civis e comerciais contraídas pelos cônjuges, mas responde por todas as dívidas previdenciárias e fiscais dos mesmos.
2. Se o casal tiver mais de um imóvel, que use como residência, todos eles serão impenhoráveis.
3. Somente o imóvel urbano pode ser considerado bem de família, para fins de impenhorabilidade.
4. Alguns móveis já quitados, que guarneçam a residência, como, por exemplo, a cama do casal, também se compreendem entre os bens impenhoráveis.
5. Os quadros de pintores renomados e valiosos que o casal mantém em sua residência não são considerados bens de família impenhoráveis.

LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

QUESTÃO 51

Acerca das origens e da evolução legislativa da seguridade social no Brasil, julgue os itens abaixo.

1. A Lei Eloy Chaves (Decreto Legislativo n.º 4.682, de 1923), primeira norma a instituir no Brasil a previdência social, que criou as caixas de aposentadorias por invalidez e ordinária, pensão por morte e assistência médica, apenas alcançou os empregados das empresas de estradas de ferro, cujas funções estivessem definidas como de maior risco, em face da atividade empresarial desenvolvida.
2. O Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Marítimos, criado pelo Decreto n.º 22.872, de 1933, teve como associados, desde a sua criação, os empregados das empresas de navegação marítima e fluvial, seus próprios funcionários, prestadores de serviços subordinados a empresas a elas vinculadas, além de armadores de pesca, pescadores e indivíduos empregados em profissões conexas com a indústria de pesca.
3. A Constituição Federal de 1934, além de definir a competência da União para fixar regras de assistência social, reservando ao Congresso a competência para fixar normas sobre aposentadoria, estabeleceu a forma tripartite de custeio do sistema, envolvendo ente público, empregado e empregador, e previu o caráter obrigatório da contribuição.
4. A Carta Magna promulgada em 1946 consagrou a previdência social à proteção da maternidade e contra as consequências da doença, da velhice, da invalidez e da morte, além de prever, em caráter programático, a instituição de benefício destinado a suprir o desemprego involuntário, o que apenas foi atendido com a edição, em 1965, da lei que criou o auxílio-desemprego.

5. O Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS), introduzido em 1977, buscou reorganizar a previdência social, integrando suas diversas atividades, por meio de órgãos tais como: INPS, INAMPS, FUNABEM, DATAPREV e IAPAS.

QUESTÃO 52

A respeito da seguridade social e de seus princípios informativos, julgue os itens a seguir.

1. Seguridade social é um conjunto de princípios, normas e instituições destinado a estabelecer um sistema de proteção social aos indivíduos contra contingências que os impeçam de prover as suas necessidades pessoais básicas e de suas famílias, integrado por iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, visando assegurar os direitos relativo à saúde, à previdência e à assistência social.
2. O princípio constitucional da universalidade da cobertura e do atendimento, que informa ao ideal de que todos os residentes no país será garantida igual cobertura diante da mesma contingência ou circunstância, desde que atendidos certos requisitos e observadas determinadas condições, definidos pela legislação previdenciária.
3. O princípio da irredutibilidade do valor dos benefícios objetiva preservar o respectivo poder aquisitivo, diante de contingências da economia nacional, sendo certo que o valor reajustado dos benefícios não poderá superar o salário-de-benefício do segurado vigente na data do reajustamento, respeitando-se, todavia, o direitos adquiridos.
4. O princípio da preexistência do custeio em relação ao benefício ou serviço admite apenas uma única exceção, identificável nas prestações da assistência social, para cujo acesso não há necessidade de qualquer contribuição por parte do segurado.
5. O princípio da tríplice forma de custeio, que estatui a obrigação dos entes públicos, empregados e empregadores para a seguridade social, admite, como única exceção, a receita dos concursos de prognósticos, facultando-se à União, mediante lei complementar, instituição de outras contribuições, a partir de fatos geradores contemplados pela legislação fiscal.

QUESTÃO 53

Em relação ao direito da seguridade social e a seus princípios próprios, julgue os itens seguintes.

1. O direito da seguridade social, detentor de reconhecida autonomia em relação a outros ramos da ciência jurídica e situado no âmbito do direito público, tem como fontes formais a Constituição, as leis complementares e ordinárias, os decretos e outros atos normativos expedidos pelo Poder Executivo.
2. Quando mais de uma norma previdenciária for aplicável à mesma situação de fato, ensejando a concessão de benefícios, prevalecerá a que menos custos acarrete à previdência social.
3. Não se admite o uso da analogia ou da equidade no âmbito do direito da seguridade social, para fins de definição de hipóteses suscetíveis de autorizarem a concessão de benefícios previdenciários, já que o princípio da reserva legal atribui tal função ao exclusivo juízo do legislador ordinário, de acordo com as regras e os princípios que orientam o sistema.
4. As contribuições sociais destinadas ao custeio da seguridade social apenas serão exigíveis no exercícios seguinte ao da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, de acordo com o princípio da anualidade, que limita o poder de atributar.
5. Na hipótese de contradição entre dispositivo da Lei n.º 8.213/91, que trata dos Planos de Benefícios da Previdência Social, e preceito inserido no decreto que a regulamentou, será aplicável a norma mais favorável ao interesse da autarquia previdenciária.

QUESTÃO 54

Quanto aos segurados da previdência social, julgue os itens que se seguem.

1. Podem assumir a condição de segurados facultativos: a dona - de - casa, o estudante menor de quatorze anos, o síndico de condomínio, o bolsista e o estagiário assim definidos em lei, além do presidiário que não exerce atividade remunerada.
2. Na condição de segurado facultativo, poderão inscrever-se o brasileiro que acompanha cônjuge que presta serviços no exterior e aquele que perdeu a condição de segurado obrigatório em face do desemprego.
3. O magistrado classista temporário da justiça do trabalho, quando já aposentado por qualquer regime, é equiparado a trabalhador autônomo, sendo considerado segurado obrigatório da previdência social.
4. O trabalhador que exerce atividade portuária de capatazia, estiva, conferência e conserto de carga, vigilância de embarcação e bloco, com intermediação obrigatória do sindicato da categoria ou do órgão gestor de mão-de-obra, é segurado obrigatório da previdência social, na condição de empregado.

5. É filiado ao Regime da Previdência Social (RGPS), na condição de trabalhador avulso, aquele que presta serviços de natureza urbana ou rural, sem habitualidade, a uma ou mais empresas, sem relação de emprego.

QUESTÃO 55

Ainda com relação aos segurados, julgue os seguintes itens.

1. Os segurados especiais da previdência social, assim considerados, entre outros, o pescador artesanal e seus assemelhados que exercem suas atividades individualmente ou em regime de economia familiar, com ou sem o auxílio de terceiros, podem contribuir facultativamente, de acordo com os mesmos critérios definidos para o trabalhador autônomo, sem prejuízo da contribuição incidente sobre o rendimento bruto auferido com a comercialização da produção.
2. O servidor público civil ou militar da União apenas poderá filiar-se ao RGPS, na condição de segurado facultativo, quando acompanhar cônjuge que presta serviços no exterior, salvo se estiver vinculado a regime próprio de previdência.
3. O segurado, na condição de empregado ou trabalhador avulso, que exerce atividade rural concomitante, em regime de economia familiar, poderá também vincular-se ao RGPS, na condição de segurado especial.
4. São filiados obrigatório ao RGPS, como equiparados a trabalhador autônomo, o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada e de congregação ou de ordem religiosa, quando por ela mantido, salvo se filiado obrigatoriamente a outro regime de previdência, ainda que na condição de inativo.
5. O empresário que integrar mais de uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada, em áreas distintas de exploração mercantil, contribuirá em relação a cada uma delas, salvo se não participar da gestão ou auferir rendimento por trabalho prestado a mais de uma empresa.

QUESTÃO 56

A respeito da vinculação obrigatória à previdência, julgue os abaixo.

1. O pequeno feirante, que adquire para revenda produtos hortifrutigranjeiros ou assemelhados, é segurado obrigatório da previdência social, na qualidade de empresário.
2. Na condição de trabalhador autônomo, vincula-se obrigatoriamente à previdência social o sujeito que exerce, por conta própria, atividade econômica remunerada de natureza urbana, com fins lucrativos ou não.
3. O trabalhador associado a cooperativa que, nessa qualidade, presta serviços a terceiro, pela inexistência de vínculo empregatício, é segurado obrigatório da previdência, na condição de trabalhador autônomo.
4. Considera-se empresário, para fins de enquadramento na previdência social, o síndico ou representante eleito ou contratado para exercer atividade de direção condominial.
5. O membro do conselho fiscal de sociedade por ações é segurado obrigatório da previdência social, na condição de empresário.

QUESTÃO 57

Acerca do financiamento da seguridade social, julgue os itens a seguir.

1. Salário-de-contribuição é o critério definido como base de cálculo da contribuição devida à seguridade social, não correspondendo, para toda e qualquer classe de segurados, ao valor do rendimento mensal efetivamente auferido, salvo nos casos dos segurados empregado e trabalhador avulso, em relação aos quais são computados, para fim de contribuição à seguridade social, a totalidade de seus ganhos habituais de qualquer natureza.
2. A alíquota de contribuição dos segurados empresário, facultativo, trabalhador autônomo e equiparado corresponde a 20% do salário-base referente à classe em que estiver enquadrado, facultado o pagamento antecipado de contribuições com o propósito de suprir os interstícios mínimos entre cada uma das classes, bem como a progressão e a regressão entre as classes.
3. Todas as contribuições sociais, assim definidas pela lei que institui o Plano de Custeio da Seguridade Social, podem ser usadas para financiamento das despesas com pessoal e administração geral do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).
4. O salário-de-contribuição do empregado e do trabalhador avulso deve observar limites mínimo (piso legal ou convencional da categoria ou salário mínimo) e máximo (teto para a contribuição), jamais alcançando o valor total das diárias recebidas, se diretamente vinculadas ao custeio de despesas extras geradas em função de viagens.

5. O aposentado que retornar ao exercício de atividade sujeita a salário-base será enquadrado na classe inicial da tabela de contribuições, computando-se pela metade os períodos de interstícios exigidos.

QUESTÃO 58

Ainda com relação ao financiamento da seguridade social, julgue os itens seguintes.

1. O valor da contribuição devida pelos bancos comerciais, de investimento ou desenvolvimento, cuja base é o total das remunerações pagas ou creditadas a qualquer título aos segurados empregados, é de 22,5%, sendo reduzida a 17,5%, quando se tratarem de pagamentos feitos a empresários, avulsos, autônomos e equiparados.
2. As associações desportivas que mantenham equipe de futebol profissional contribuirão com o pagamento de 5% da receita líquida resultante dos espetáculos desportivos de que participem em todo o território nacional, em qualquer modalidade desportiva, inclusive jogos internacionais, computadas as receitas provenientes de quaisquer formas de patrocínio, licenciamento de uso de marcas e símbolos, de publicidade, propaganda e transmissão de espetáculos desportivos, cabendo à entidade promotora do evento a responsabilidade pela retenção de tais valores e pelo respectivo recolhimento aos cofres da seguridade social.
3. As contribuições devidas pelas empresas para custeio dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa proveniente de riscos ambientais do trabalho serão proporcionais aos riscos presentes em cada uma das atividades preponderantes por elas desenvolvidas e terão como base de cálculo os respectivos faturamentos mensais.
4. Os investimentos em programas de prevenção de acidentes, cujo resultados sejam apurados em inspeções, poderão acarretar a redução do percentual das contribuições devidas pelas empresas.
5. O empregador rural pessoa física contribui para a seguridade com o equivalente a 2,5% da receita bruta proveniente da comercialização da sua produção e com 0,1% sobre essa mesma base de cálculo para custeio das prestações por acidente de trabalho.

QUESTÃO 59

Julgue os itens que se seguem.

1. O segurado detentor de dupla vinculação ao RGPS, por exercer atividade sujeita a salário-base e concomitantemente ostentar a condição de empregado, contribuirá apenas com relação a uma dessas atividades, se a soma de seus salários-de-contribuição ultrapassar o dobro do limite máximo estabelecido para a contribuição.
2. O salário-base, conceito particular do gênero salário-de-contribuição, é usado para cálculo da contribuição dos segurados empresário, facultativo, trabalhador autônomo e equiparados, a qual corresponde ao percentual de 20% sobre os valores estabelecidos para cada uma das classes de contribuintes, respeitando-se os respectivos períodos mínimos de permanência e valor máximo do salário-de-contribuição.
3. O empregador doméstico contribui para a seguridade no percentual total de 12% sobre a remuneração do trabalhador a seu serviço, já computada, no percentual referido, a contribuição correspondente a 1% do mesmo salário-de-contribuição devida para custeio das prestações acidentárias.
4. A Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), instituída pela Lei Complementar n.º 70, de 1991, devida pelas pessoas jurídicas ou a elas equiparadas pela legislação do imposto de renda, corresponde a 2% do faturamento mensal, estando isentas de seu recolhimento as microempresas que optarem pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES).
5. A contribuição incidente sobre o lucro, prevista pela Constituição Federal de 1988, alcança também o produtor rural pessoa física e o segurado especial, apenas não lhes sendo cobrada na ausência de lucro real ou presumido no exercício correspondente.

QUESTÃO 60

Julgue os seguintes itens.

1. Compete ao INSS arrecadar, fiscalizar, lançar e normatizar o recolhimento das contribuições sociais devidas pelas empresas, incidentes sobre a remuneração paga ou creditada aos segurados a seu serviço, cabendo à Secretaria da Receita Federal (SRF) idênticas atribuições em relação às contribuições incidentes sobre a receita dos concursos prognósticos.
2. As contribuições sociais devidas pelas pessoas jurídicas e a elas equiparadas pela legislação do imposto de renda, incidentes sobre o faturamento e o lucro, estão inseridas no âmbito de competência da

SRF, a quem cabe adotar todas as medidas necessárias à sua satisfação, inclusive promovendo a sua cobrança e aplicando as sanções administrativas cabíveis.

3. A contabilidade das empresas deverá estar permanentemente aberta à fiscalização do INSS e da SRF, inclusive quando submetidas a processos de liquidação, cabendo a estes órgãos, em caso de recusa ou sonegação de documentos ou de sua apresentação imperfeita e sem prejuízo da sanção administrativa cabível, inscrever de ofício importância considerada devida, ressalvado, em qualquer hipótese, o direito de contraprova às empresas ou ao segurado.

4. Constatando a fiscalização que a escrituração contábil de determinada empresa não registra o movimento real da remuneração e do lucro, o valor das contribuições devidas será apurado por aferição indireta.

5. Caberá à fiscalização da SRF, na hipótese de não-comprovação regular de montante de salários pagos em decorrência de execução de obra de construção civil, proceder ao arbitramento administrativo correspondente, a partir do cálculo da mão-de-obra empregada, proporcional à área construída e ao padrão de execução da obra, cabendo apenas ao respectivo dono da obra o ônus da prova contrária.

QUESTÃO 61

Julgue os itens abaixo.

1. Cabe à fiscalização da SRF e do INSS, quando constatado o atraso total ou parcial no pagamento de contribuições sociais ou a ausência de pagamento de benefício reembolsado, a lavratura de notificação de débito que ensejará a produção de defesa administrativa no prazo de trinta dias e, apenas no caso de a defesa ser rejeitada, posterior inscrição na dívida ativa do INSS e da fazenda nacional.

2. A notificação de débito, ato da fiscalização que identifica de forma clara e precisa os fatos geradores, as contribuições devidas e os períodos a que se referem, e a confissão do devedor constituem requisitos indispensáveis para o deferimento de pedido administrativo de parcelamento.

3. O parcelamento do débito relativo a contribuições devidas à seguridade social é admissível em até sessenta meses, salvo se o débito for originário de contribuição descontada de empregados, inclusive domésticos, e dos trabalhadores avulsos, hipótese em que será reduzido a trinta meses, cabendo ao devedor, no ato da formalização do pedido, recolher de imediato o valor relativo à primeira prestação, sob pena de seu indeferimento liminar.

4. Uma firma individual, cujo titular tenha sido condenado pela prática do crime de sonegação de contribuições sociais, mediante irreal em sua escrituração contábil, desde que confesse débito apurado ou arbitrado pela fiscalização, relativo aos dezoito meses seguintes ao trânsito em julgado da sentença penal condenatória, poderá obter parcelamento desse novo débito, em até sessenta meses.

5. A execução judicial da dívida ativa do INSS, instaurável a partir da certidão textual do livro próprio em que esteja inscrita, observará o mesmo processo e os mesmos privilégios e prerrogativas da fazenda nacional.

QUESTÃO 62

Julgue os itens a seguir.

1. Os diferentes órgãos ou entidades da administração federal, estadual, do Distrito Federal (DF) ou municipal tornam-se devedores solidários em caso de mora superior a trinta dias no recolhimento das contribuições previstas pela Lei n.º 8.212/91, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.

2. Os administradores das autarquias e fundações públicas, criadas e mantidas pelo poder público, de empresas públicas e de sociedades de economia mista sujeitas ao controle da União, dos estados, do DF e dos municípios serão pessoalmente responsáveis pelas multas aplicadas em decorrência de transgressões à Lei n.º 8.212/91 e ao seu regulamento, sendo obrigatório o desconto respectivo em folha de pagamento, mediante requisição dos órgãos competentes e a partir do primeiro pagamento que se seguir à requisição.

3. Nas ações trabalhistas de que resultar o pagamento de direitos sujeitos à incidência da contribuição previdenciária, o juiz determinará, sob pena de responsabilidade, o recolhimento imediato das contribuições devidas à seguridade social, salvo se houver reconhecido o caráter indenizatório dessas parcelas, em decisão submetida ao reexame obrigatório do tribunal competente.

4. Nas sentenças ou nos acordos celebrados perante os órgãos da justiça do trabalho ou que estejam investidos em sua jurisdição, deverão figurar, discriminadamente, as parcelas legais relativas à contribuição devida à seguridade social, sob pena de esta incidir sobre o total apurado em liquidação de sentença ou sobre o total ajustado no acordo homologado.

5. O direito de cobrança de créditos previdenciários está sujeito à prescrição de dez anos.

QUESTÃO 63

Com relação à responsabilidade solidária, julgue os itens seguintes.

1. Há solidariedade quando, na mesma obrigação, concorre mais de um credor, ou mais de um devedor, cada um com direito, ou obrigado à dívida toda.
2. O dono da obra ou condômino de unidade imobiliária, independentemente da forma de contratação da construção, da reforma ou do acréscimo, é solidário com o construtor pelo cumprimento de obrigações devidas à seguridade social, salvo se exigido do construtor o pagamento das contribuições incidentes sobre a remuneração dos segurados, incluída em nota fiscal ou fatura correspondente aos serviços prestados, quando da quitação dessa nota ou fatura.
3. O adquirente de prédio ou unidade imobiliária que realizar operação com empresa de comercialização é solidariamente responsável com esta empresa pelo recolhimento das contribuições da seguridade social.
4. As empresas que integram grupo econômico urbano ou rural são solidárias entre si pelas obrigações devidas à seguridade social, cabendo ao INSS promover a execução contra a devedora principal, inicialmente, apenas direcionando-as às demais empresas solidárias na hipótese de insolvência da primeira.
5. O contratante de serviços executados mediante cessão de mão-de-obra, inclusive em regime de trabalho temporário, responde solidariamente com a empresa executora pelas obrigações devidas à seguridade social, com exceção das contribuições incidentes sobre faturamento e lucro.

QUESTÃO 64

Julgue os itens que se seguem.

1. O titular de firma individual e os sócios de empresas por cotas de responsabilidade limitada respondem solidariamente, com seus bens pessoais, pelos débitos junto à seguridade social.
2. As empresas devem lançar mensalmente, de forma discriminada, em títulos contábeis próprios, os fatos geradores de todas as contribuições, o total das quantias descontadas, as contribuições da empresa e os totais recolhidos, mantendo os documentos correspondentes à disposição da fiscalização por apenas cinco anos.
3. As empresas deverão enviar mensalmente ao sindicato representativo da categoria profissional mais numerosa entre seus empregados cópia das guias de recolhimento das contribuições devidas à seguridade social, relativamente à competência anterior, também afixando-a por um mês no quadro de horário, previsto pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).
4. A comunicação de acidente de trabalho à previdência social a cargo da empresa, deve ser feita nos cinco dias seguintes a cargo da empresa, deve ser feita nos cinco dias seguintes ao da ocorrência, sob pena de multa.
5. Quando o acidente de trabalho resultar no falecimento do segurado, a comunicação à autoridade competente deverá ser feita imediatamente, sob pena de multa de valor igual ao limite máximo estabelecido para o salário-de-contribuição.

QUESTÃO 65

A propósito dos benefícios da seguridade social, julgue os seguintes itens.

1. O salário-família é devido mensalmente aos segurados empregado e trabalhador avulso, excepcionados os empregados domésticos e rural, na proporção do respectivo número de filhos ou equiparados, sendo devido cumulativamente a pai e mãe conjuntamente vinculados ao RGPS, como empregados ou trabalhadores avulsos.
2. O auxílio-doença do segurado que exerce mais de uma atividade abrangida pela previdência não será devido, se a incapacidade ocorrer apenas para o exercício de uma delas, salvo se as atividades concomitantes forem da mesma natureza.
3. Restando apurada a incapacidade definitiva para o exercício de uma das diversas atividades titularizadas pelo segurado acidentado, será cabível a conversão do auxílio-doença em aposentadoria especial, independentemente da subsistência dos demais vínculos laborais concomitantes por ele mantidos.
4. O auxílio-reclusão é devido aos dependentes do segurado recolhido à prisão que não receber remuneração da empresa nem estiver em gozo de auxílio-doença, de aposentadoria ou de abono de permanência, durante todo o período de detenção ou reclusão, devendo ser suspenso em caso de fuga e convertido em pensão, se sobrevier a morte do segurado detido ou recluso.
5. O aposentado por invalidez que recuperar a capacidade laborativa e tiver cancelado o benefício previdenciário terá garantido o direito de retornar ao emprego ocupado à data do evento, salvo se não convier ao empregador, que poderá indenizá-lo na forma da lei.

QUESTÃO 66

Julgue os itens abaixo.

1. Nenhuma empresa poderá celebrar contrato com o poder público sem a apresentação da certidão negativa de débito, a ser fornecida pelo órgão competente da previdência social, não se aplicando tal exigência às microempresas e empresas de pequeno porte, quando se tratar do recebimento de benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.
2. A existência de débito junto à seguridade social inviabilizará a alienação de bem imóvel pertencente à empresa, salvo se o débito for objeto de parcelamento deferido pela autoridade previdenciária, com a apresentação de garantia pelo devedor.
3. Os atos para os quais a lei exige a exibição da certidão negativa de débito, quando praticados com violação a esse requisito, acarretarão a responsabilidade solidária dos contratantes e do oficial cartorário que lavrar ou registrar o instrumento, sem prejuízo da multa e da responsabilização penal e administrativa cabíveis.
4. Não se exigirá a certidão negativa de débito quando do averbamento no registro de imóveis de obra de construção civil de 50 m², de caráter unifamiliar, destinada ao uso próprio, de tipo econômico e executada sem mão-de-obra assalariada.
5. A prova da inexistência de débito deve ser exigida em relação a todas as dependências da empresa, estabelecimentos e obras de construção civil executadas sob sua responsabilidade, independentemente do local em que se encontrem, ressalvado aos órgãos competentes o direito de cobrança de eventuais débitos apurados posteriormente e que se refiram ao período de quitação certificados pela previdência.

QUESTÃO 67

Julgue os itens a seguir.

1. Bens futuros, como a vinculação de parcelas do preço de bens ou serviços a serem negociados a prazo pela empresa, não são aceitos como garantia do débito previdenciário.
2. Em qualquer hipótese, o valor do bem imóvel dado em garantia de débito previdenciário deverá corresponder a, no mínimo, 100% do valor da dívida, considerado, em qualquer caso, o respectivo valor de mercado.
3. Não será emitida certidão negativa pelo INSS ou pela SRF, se o débito, devidamente contestado pela empresa no prazo de trinta dias contados do recebimento da notificação de débito, estiver pendente de julgamento, salvo se garantido mediante depósito em moeda corrente.
4. Independe da comprovação negativa de débito junto à seguridade social a lavratura ou assinatura de instrumento, ato ou contrato que constitua retificação, ratificação ou efetivação de outro anterior para o qual já tenha sido feita a prova, salvo se envolvido o poder público e já expirado o prazo de validade da certidão negativa de débito originária.
5. A existência de débito para com a seguridade social impede que a empresa distribua bonificação ou dividendo a acionista, cota ou participação nos lucros a sócio cotista ou outro membro de órgão dirigente, fiscal ou consultivo, ainda que a título de adiantamento, sujeitando-se o responsável pelo descumprimento a essa regra ao pagamento de multa equivalente a 50% do valor das quantias que tiverem sido pagas ou creditadas a partir do evento, devidamente atualizadas na forma da lei.

QUESTÃO 68

Julgue os itens seguintes.

1. A compensação ou restituição de contribuição para a seguridade social, desde que arrecadada pelo INSS, apenas poderá ocorrer na hipótese de pagamento ou recolhimento indevido.
2. As receitas da seguridade, provenientes do faturamento e do lucro das empresas, apenas serão compensadas na hipótese de manifesto equívoco contábil na sua apuração, reduzidas em qualquer caso a 30% do valor a ser recolhido em cada competência.
3. Os recursos contra o lançamento do crédito da seguridade social, relativo a contribuições arrecadadas pelo INSS, serão dirigidos às juntas recursais e interpostos no prazo de trinta dias.
4. A decisão administrativa que declarar indevida contribuição ou outra importância apurada pela fiscalização ou que autorizar a restituição ou compensação de qualquer importância não produzirá efeito senão seu exame pela autoridade administrativa imediatamente superior.
5. Os recursos dirigidos às juntas ou câmaras da previdência independem da constituição obrigatória de garantia, salvo se envolverem o pagamento de multas por infrações à legislação previdenciária, quando o respectivo conhecimento estará condicionado à comprovação do depósito do valor discutido, em favor do INSS e atualizado monetariamente, a partir da lavratura do auto de infração.

QUESTÃO 69

Acerca dos delitos contra a seguridade social, julgue os itens que se seguem.

1. Constitui contravenção penal deixar de incluir na folha de pagamentos da empresa os segurados empregado, empresário, trabalhador avulso ou autônomo que lhe prestem serviço.
2. O não-lançamento nos títulos contábeis próprios da empresa dos valores previdenciários descontados dos segurados tipifica infração de ordem criminal, que acarreta, como consequência, a inabilitação para licitar e contratar com qualquer órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta federal, estadual, municipal ou do DF.
3. As empresas ou sujeitos a elas equiparados que descumprirem a legislação previdenciária não poderão impetrar concordata, estando sujeitas também à interdição para o exercício do comércio, caso seja sociedade mercantil ou comerciante individual, e à revisão de incentivos fiscais de tratamento tributário especial.
4. Os órgãos competentes da previdência estão autorizados a efetuar a apreensão dos comprovantes de arrecadação e de pagamento de benefícios, mediante a lavratura do termo respectivo, para fins de apuração de delitos contra a previdência.
5. A pessoa jurídica assume a condição de sujeito ativo dos delitos previstos contra a seguridade social, sem prejuízo da responsabilidade pessoal do titular de firma individual, dos sócios solidários, dos gerentes e dos diretores ou administradores que participem ou tenham participado da gestão da empresa beneficiada pelos delitos, assim como o segurado que tenha obtido vantagens.

QUESTÃO 70

Com relação ao SIMPLES, julgue os seguintes itens.

1. A opção pelo SIMPLES autoriza as empresas ao pagamento unificado de diversas contribuições sociais, inclusive a devida pelos segurados empregados, em relação à qual assume a responsabilidade pela arrecadação e pelo recolhimento.
2. As empresas que optarem pelo SIMPLES estarão dispensadas de escrituração comercial, caso mantenham em boa ordem e guarda os Livros Caixa e Registro de Inventário, hipótese em que estarão também dispensadas das obrigações acessórias previstas pela legislação previdenciária.
3. Não será admitida a opção pelo SIMPLES às empresas que possuam débito inscrito na dívida ativa do INSS, cuja exigibilidade não esteja suspensa, o mesmo ocorrendo se qualquer de seus sócios, com participação superior a 10% no capital social, mantiver, nas mesmas condições, débito junto à seguridade social.
4. A exclusão do SIMPLES será determinada de ofício, quando a pessoa jurídica criar embaraços à fiscalização, negando-se injustificadamente a exibir livros e documentos ou a fornecer outras informações que lhe forem solicitadas.
5. Os débitos das microempresas e empresas de pequeno porte junto à seguridade social, relativos a exercícios ou competências anteriores à data da opção pelo SIMPLES, poderão ser parcelados em até setenta e duas vezes, segundo as regras definidas pelo regulamento próprio da previdência.

DIREITO TRIBUTÁRIO**QUESTÃO 71**

Segundo nos parece, princípio jurídico é um enunciado lógico, implícito ou explícito, que, por sua grande generalidade, ocupa posição de preeminência nos vastos quadrantes do Direito e, por isto mesmo, vincula, de modo inexorável, o entendimento e a aplicação das normas jurídicas que com ele se conectam. Não importa se o princípio é implícito ou explícito, mas sim, se existe ou não existe. Se existe, o jurista, com o instrumental teórico que a Ciência do Direito coloca à sua disposição, tem condições de discerni-lo. De se ressaltar, com Souto Maior Borges, que o princípio explícito não é necessariamente mais importante que o princípio implícito. Tudo vai depender do âmbito de abrangência de um e de outro e, não, do fato de um estar melhor ou pior desvendado no texto jurídico. Aliás, as normas jurídicas não trazem sequer expressa sua condição de princípios ou de regras. É o jurista que, ao debruçar-se sobre elas, as identifica e as hierarquiza.

Roque Antonio Carrazza. **Curso de direito constitucional tributário**. 2ª ed. Coleção Textos de Direito Tributário. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1991, p.25-6.

Considerando as idéias desenvolvidas no texto e os princípios constitucionais tributários, julgue os itens a seguir.

1. Por força do princípio da legalidade estrita, aplicável ao direito tributário, em nenhum caso é possível a criação ou o aumento de tributo, a não ser por lei ordinária.
2. Criar ou instituir tributo significa, em face do princípio da legalidade, definir, na lei, hipótese de incidência, base de cálculo e alíquota, pois estes são os elementos bastantes à exigência do tributo.
3. À luz do Código Tributário Nacional (CTN) e do princípio da legalidade, se a lei não estipular prazo para o recolhimento do tributo, este só poderá ser exigido quando outra norma de igual hierarquia legislativa suprir a omissão do legislador, complementando a lei tributária.
4. O princípio da anualidade apresenta índole marcadamente democrática, uma vez que implica a necessidade de autorização dos representantes do povo, na lei orçamentária anual, para a arrecadação de determinado tributo; nada obstante, a Constituição Federal em vigor não consagra, de modo expresso, esse princípio.
5. O princípio da igualdade tributária é incompatível com a progressividade de certos tributos.

QUESTÃO 72

Novamente em relação aos princípios constitucionais tributários, julgue os itens abaixo.

1. O princípio da capacidade contributiva, previsto de forma expressa na Constituição da República, aplica-se a todos os tributos, sem exceção.
2. Apesar do princípio constitucional da liberdade de tráfego, não é inconstitucional a cobrança de pedágio pela circulação de veículos em rodovias interestaduais.
3. Todo tributo promove transferência da propriedade do contribuinte para o Estado, sendo confiscatória, porém, apenas aquela exação em que o grau dessa transferência denotar ônus fiscal insuportável e desproporcional.
4. O princípio da capacidade contributiva é inspirado essencialmente por critérios extrafiscais.
5. Apesar da formulação expressa do princípio da igualdade, não é possível invocá-lo nos casos em que a Constituição explícita ou implicitamente, admite tratamento desigual.

QUESTÃO 73

Acerca da vigência e da aplicação da legislação tributária, julgue os itens que se seguem.

1. Se os estados de São Paulo e Pernambuco firmarem convênio prevendo a vigência da legislação tributária estadual de cada uma dessas unidades da Federação no território da outra, o convênio será inevitavelmente desprovido de valor jurídico, porquanto a legislação de cada estado só pode vigor no próprio território.
2. Se determinada lei ordinária federal sobre matéria tributária não prever o prazo para sua vigência, este deverá ser considerado indeterminado, até que a lei seja alterada ou revogada.
3. Os atos administrativos normativos em matéria tributária entrarão em vigor sempre na data de sua publicação.
4. O princípio da anterioridade, compreendido como a proibição de que a exação tributária seja cobrada no mesmo ano da lei que a instituiu ou aumentou, aplica-se a todos os tributos.
5. Estritamente de acordo com o CTN, a lei que revoga isenção relativa a imposto sobre o patrimônio ou a renda subordina-se ao princípio da anterioridade.

QUESTÃO 74

Acerca das fontes do direito tributário, julgue os itens seguintes.

1. Lei e legislação, para fins tributários, confundem-se.
2. Se decreto do Poder Executivo for publicado ostentando dispositivo que pretenda instituir novo tributo, terá conteúdo próprio de lei em sentido material, mas não será lei em sentido formal.
3. Do ponto de vista formal, a lei complementar difere da lei ordinária principalmente em razão do *quorum* específico que sua aprovação requer.
4. Tratados internacionais podem ser firmados em matéria tributária, mas devem sempre observar a legislação tributária interna em vigor.
5. No direito brasileiro, nem todos os regulamentos devem ser veiculados por intermédio de decretos.

QUESTÃO 75

Considerando os institutos da incidência, da não-incidência, da imunidade e da isenção tributárias, julgue os itens a seguir.

1. Na não-incidência, o fato materialmente ocorrido carece de determinado(s) elemento(s) que, se existente(s), atrairia(m) a aplicação da norma jurídica.

2. Na isenção, o fato materialmente ocorrido possui todos os elementos necessários à incidência da norma jurídica tributária, mas a lei de isenção impede a cobrança do tributo.
3. Uma distinção entre imunidade e isenção decorre de a primeira derivar diretamente da Constituição, que exclui a competência tributária, ao passo que a norma estabelecida da segunda é produzida exatamente pela pessoa jurídica dotada de competência tributária.
4. Na imunidade, há norma tributária que, no entanto, não incide sobre o fato gerador.
5. São institutos idênticos a isenção e a remissão tributárias.

QUESTÃO 76

O direito tributário pertence à categoria dos direitos obrigacionais, cuja característica é a de regularem relações entre dois sujeitos de direito (credor e devedor) com referência a uma prestação positiva ou negativa (objeto da obrigação). O elemento central do direito obrigacional, aquilo que constitui essencialmente o conteúdo jurídico de um direito deste tipo, é portanto a **obrigação**, que pode ser assim definida: obrigação é o poder jurídico por força do qual uma pessoa (**sujeito ativo**) pode exigir de outra (**sujeito passivo**) uma prestação positiva ou negativa (**objeto da obrigação**) em virtude de uma circunstância reconhecida pelo direito como produzindo aquele efeito (**causa da obrigação**).

Rubens Gomes de Sousa. **Compêndio de legislação tributária**. São Paulo, Instituto Brasileiro de Estudos Tributários/Resenha Tributária, 1975, p.83.

Em vista do texto, julgue os itens seguintes, relativos à obrigação tributária.

1. O direito tributário utiliza conceito específico de obrigação estruturalmente distinto daquele dos demais ramos jurídicos.
2. O conceito de obrigação tributária, nos moldes expostos pelo texto, aplica-se à obrigação tributária principal, mas não à acessória, que obedece a esquema próprio.
3. Apenas a União, os estados e o DF podem ser sujeitos ativos de tributos, no ordenamento jurídico brasileiro.
4. Fatos naturais, atos humanos e negócios jurídicos podem funcionar como suporte para a incidência da norma jurídica tributária, servindo como fato gerador do surgimento de obrigação tributária.
5. As pessoas jurídicas de direito público, inclusive a União, os estados, o DF e os municípios, podem ser sujeitos passivos de obrigações tributárias, em certos casos.

QUESTÃO 77

Ainda acerca da obrigação tributária, julgue os itens abaixo.

1. Os negócios jurídicos definidos na lei como hipótese de incidência, quando sujeitos a condição suspensiva, serão considerados consumados na ocasião em que ocorrer o implemento da condição.
2. O objeto da obrigação tributária principal nem sempre consiste em prestação de dar.
3. Transferência e substituição tributárias são casos de sujeição passiva indireta.
4. Sendo caso de solidariedade, é possível aos devedores, desde que sejam todos maiores e capazes, ajustar ordem de precedência entre si para a cobrança do tributo por parte da fazenda pública, podendo o acordo de vontades espelhado nesse negócio jurídico ser oposto ao fisco.
5. Se João e José criam sociedade de fato para a exploração do comércio ambulante de produtos estrangeiros introduzidos no país desamparados da documentação legal, ainda assim essa entidade econômica pode ser sujeito passivo de obrigação tributária.

QUESTÃO 78

Em relação à responsabilidade tributária, julgue os itens que se seguem.

1. Se a União é credora de determinado tributo e Joaquina, devedora dele, deixa de cumprir a prestação que lhe cabia, é a partir desse momento, em que há o descumprimento da obrigação tributária, que se podem aplicar as diferentes figuras da responsabilidade tributária, se couberem.
2. Configurando-se hipótese em que o responsável tributário é chamado a cumprir a obrigação não-satisfeita pelo devedor primitivo, ainda assim o crédito tributário e sua garantia serão os mesmos, pois não surge novo crédito tributário nessa situação.
3. Cabe exclusivamente à legislação tributária definir os casos de responsabilidade tributária.
4. Assim como para o devedor originário – o contribuinte –, o vínculo jurídico que impõe ao responsável o cumprimento da obrigação tributária surge para este com o fato gerador.

5. Qualquer pessoa, independentemente de sua relação com o fato gerador da obrigação tributária, pode ser apontada pela lei como responsável tributário.

QUESTÃO 79

Ainda com relação à responsabilidade tributária, julgue os itens a seguir.

1. A responsabilidade tributária por sucessão pode ocorrer *inter vivos* ou *mortis causa*.
2. Se Carla adquirir de Constantino um estabelecimento comercial, pode tornar-se responsável pelos débitos tributários decorrentes da atividade desenvolvida pelo proprietário anterior, ainda que não tenha tido nenhuma participação nos fatos que deram causa à obrigação tributária.
3. Se Júlio adquirir de Carina uma empresa com débitos junto ao fisco cujos respectivos créditos tributários estão ainda em fase de constituição, não poderá vir a ser responsabilizado por eles, em razão justamente de os créditos não estarem definitivamente constituídos.
4. Se Demóstenes adquire imóvel em hasta pública, pode, em tese, sujeitar-se a caso de responsabilidade tributária por sucessão imobiliária.
5. Considere a seguinte situação: **Marcos é devedor de tributos. Por não pagá-los, é processado pelo fisco, que obtém a decretação da penhora de um imóvel de propriedade do executado. No curso do processo, Lídia, mãe do devedor, resolve resgatar a dívida, por meio de remição.** Na situação apresentada, Lídia, a remitente, responsabilizar-se-á pelos tributos incidentes sobre o bem remido.

QUESTÃO 80

Com relação ao crédito tributário, julgue os seguintes itens.

1. O crédito tributário sempre é exigível no instante de sua constituição.
2. Se Roberto pratica ato ilícito em matéria tributária e é anistiado, a anistia exclui os efeitos jurídicos do ato ilegal, impedindo que o Ministério Público processe Roberto criminalmente.
3. O crédito tributário resulta do procedimento do lançamento, que goza de presunção absoluta de validade.
4. Se Antônia obtém medida liminar em mandado de segurança para suspender a exigibilidade de determinado crédito tributário e, no julgamento, o mandado é indeferido por sentença que transita em julgado, poderá o fisco novamente exigir a satisfação do crédito.
5. Considere a seguinte situação: **Francisco é devedor de uma instituição bancária, a quem dá, em hipoteca, o único bem que possui, uma propriedade, livre e desembaraçada de outros ônus. Posteriormente, Francisco vem a ser executado pelo fisco, que lhe cobra certo crédito tributário.** Na situação apresentada, antes de a propriedade ser vendida para o pagamento da dívida tributária, o banco, credor hipotecário, tem direito a ter satisfeito seu crédito.

QUESTÃO 81

Quanto ao lançamento, julgue os itens seguintes.

1. O imposto de renda, cuja averiguação do montante cabe primariamente ao devedor, é caso típico de tributo cujo lançamento compete ao contribuinte.
2. Mesmo nos casos de lançamento por homologação tácita e nos relativos a tributos cobrados em importância fixas, o lançamento não deixa de ter caráter obrigatório para autoridade administrativa.
3. O procedimento do lançamento subordina-se ao princípio constitucional do contraditório.
4. Na órbita administrativa, o lançamento reputa-se definitivo quando é expedida a notificação do contribuinte.
5. O crédito tributário, após formalizado por lançamento definitivo, não mais poderá ser modificado, em hipótese alguma.

QUESTÃO 82

Acerca das taxas, julgue os itens a seguir.

1. Por sua natureza tributária peculiar, as taxas devem corresponder, de modo preciso, à contraprestação pelo serviço oferecido ao contribuinte.
2. A atuação estatal que enseja a cobrança de taxa deve ser aquela prestada à coletividade globalmente considerada.
3. Se a União fiscaliza a exploração e o comércio de recursos naturais renováveis, reprimindo as ações ilícitas nessa área, tal atuação pode, juridicamente, justificar a cobrança de taxa.

4. Se um município oferece qualquer serviço a seus cidadãos, poderá cobrar taxa por isso, mesmo daqueles que jamais hajam usufruído do serviço.
5. Diferentemente do que preceitua em relação à receita decorrente da arrecadação de impostos, a legislação não prevê mecanismos de repartição de receitas tributárias oriundas da cobrança de taxas.

QUESTÃO 83

Com relação às contribuições sociais, julgue os itens abaixo.

1. As contribuições sociais possuem natureza tributária.
2. As contribuições sociais possuem finalidade eminentemente parafiscal e extrafiscal, conforme a espécie delas.
3. A Constituição da República prevê, basicamente, três espécies de contribuições sociais: as de intervenção no domínio econômico, as de interesse de categorias profissionais ou econômicas e as de seguridade social.
4. Compete exclusivamente à União instituir contribuições sociais, sendo que aos estados, ao DF e aos municípios é possível cobrar contribuição de seus servidores, para custeio, em benefício deles, de sistema de previdência e assistência social.
5. O contribuinte da contribuição instituída no interesse de categorias profissionais ou econômicas deve integrar a dita categoria.

QUESTÃO 84

Com referência ao processo administrativo fiscal, regido pelo Decreto n.º 70.235, de 6 de março de 1972, julgue os itens que se seguem.

1. O início do procedimento fiscal por ato de ofício exclui a espontaneidade do sujeito passivo em relação aos atos anteriores.
2. Para a realização de diligências e perícias no processo administrativo fiscal, a requerimento do contribuinte, bastará que este indique qual espécie de diligência ou perícia é de seu interesse.
3. As provas documentais desejadas pelo contribuinte deverão ser apresentadas juntamente com a impugnação à ação fiscal, não se admitindo juntada posterior de documentos, em nenhuma hipótese.
4. A intimação ao contribuinte de qualquer ato do procedimento só poderá ser realizada pessoalmente.
5. No processo administrativo fiscal, ao lado dos recursos voluntário, existe a figura do recurso de ofício, cabível em certos casos.

QUESTÃO 85

Acerca dos crimes contra a ordem tributária, nos termos da Lei n.º 8.137, de 27 de dezembro de 1990, julgue os itens seguintes.

1. O delito de redução de tributo tem natureza de crime material, isto é, só se caracteriza se houver diminuição ilícita no recolhimento devido pelo agente.
2. A lei prevê também, como delitos contra a ordem tributária, certos crimes formais, isto é, que são considerados consumados independentemente de resultado lesivo ao erário.
3. Os crimes contra a ordem tributária atribuíveis a particular exigem o chamado dolo específico, ou seja, a vontade do autor do ato ilícito deve estar voltada à ofensa à legislação tributária.
4. Além da responsabilidade da pessoa física praticante do crime, a legislação penal prevê, igualmente, responsabilidade penal da pessoa jurídica que houver lesado o fisco.
5. A simples circunstância de ser sócio não implica, necessariamente, responsabilidade penal por atos produzidos no âmbito da pessoa jurídica que firmam a legislação tributária.

LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

QUESTÃO 86

Tício celebrou o primeiro contato de trabalho de sua atividade laboral com a empresa X em 3/1/96, vindo a ser demitido sem justa causa em 10/4/96. Tício só conseguiu novo emprego em 15/8/96, junto à empresa Y, sendo novamente demitido sem justa causa em 20/3/97. Novo contrato de trabalho de Tício só foi celebrado em 14/7/97, agora com a empresa Z, consumando-se a sua demissão, também sem justa causa, em 10/2/98. Em 20/2/98, Tício requereu o benefício do seguro-desemprego. Considerando que as sucessivas relações laborais – todas por prazo indeterminado – foram regularmente anotadas na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) de Tício, julgue os itens que se seguem.

1. Tício terá direito à percepção do seguro-desemprego, desde que comprove o recolhimento mensal das contribuições previdenciárias devidas ao INSS nos períodos em que esteve desempregado. No período em que não havia contrato de trabalho em vigor, Tício deveria ter recolhido as contribuições na qualidade de autônomo.
2. O período de duração do seguro-desemprego é proporcional ao tempo de serviço em que o beneficiário esteve vinculado a um ou mais contratos de trabalho. Assim, Tício terá direito ao período máximo de seis meses contínuos de fruição do benefício.
3. Tício não terá direito ao seguro-desemprego se, entre os sucessivos contratos de trabalho, esteve em gozo de algum benefício previdenciário.
4. O valor que vier a ser pago a Tício, a título de seguro-desemprego, será apurado em função da média dos salários pagos pelas empresas X, Y e Z, devidamente atualizados monetariamente.
5. Tício terá direito ao seguro-desemprego, mas deverá formular novo requerimento, já que o benefício não pode ser solicitado antes de ultrapassados trinta dias da data da rescisão contratual.

QUESTÃO 87

O art. 443, parágrafos 1.º e 2.º, da CLT preceitua:

§ 1.º Considera-se como de prazo determinado o contrato de trabalho cuja vigência dependa de termo prefixado ou da execução de serviços especializados ou ainda da realização de certo acontecimento suscetível de previsão aproximada.

§ 2.º O contrato por prazo determinado só será válido em se tratando:

- a) de serviço cuja natureza ou transitoriedade justifique a predeterminação do prazo;
- b) de atividades empresariais de caráter transitório;
- c) de contrato de experiência.

Recentemente, porém, foi editada a Lei n.º 9.601, de 21/1/98, por meio da qual as regras da CLT relativas ao contrato de trabalho por prazo determinado foram sensivelmente alteradas. A respeito dessa nova disciplina legal, julgue os itens abaixo.

1. Redução de alíquotas das contribuições sociais está condicionada a que, no momento da celebração do contrato por prazo determinado, o empregador não esteja inadimplente junto ao INSS nem ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
2. Uma empresa com a média de quinhentos empregados registrados nos últimos seis meses não poderá ter mais de cento e vinte e cinco empregados (25%) contratados por prazo determinado.
3. A celebração de contratos de trabalho por prazo determinado efetiva-se por deliberação unilateral do empregador, sendo necessária, porém, a obtenção de autorização do Ministério do Trabalho, por meio da Delegacia Regional do Trabalho.
4. Terá direito à estabilidade provisória a gestante contratada sob essa nova modalidade de contrato de trabalho por prazo determinado.
5. Se o contrato de trabalho por prazo determinado for prorrogado mais de uma vez, passará a vigorar sem determinação de prazo.

QUESTÃO 88

Julgue os itens seguintes, à luz das leis trabalhistas brasileiras.

1. Considerando que empregando e empregador celebraram contrato de trabalho na sede da empresa, na cidade da empresa, localizada na cidade de São Paulo - SP, ajustando-se, entre outras cláusulas, que a prestação laboral ocorria no estabelecimento do empregador situado na cidade de Santo André - SP, sabendo que o empregado reside na cidade de São Bernardo do Campo -SP, é correto afirmar que serão competentes para processar e julgar as eventuais reclamações trabalhistas, decorrentes desse contrato de trabalho, as juntas de conciliação e julgamento com jurisdição sobre o município de Santo André - SP.
2. Considerando que um empregado realizou trabalho noturno somente nos seis primeiros meses da relação laboral, tendo recebido regularmente o respectivo adicional, então, quando for fluir suas férias, o empregado não receberá qualquer importância relativa ao adicional por trabalho noturno, já que a remuneração das férias corresponde àquela que for devida ao empregado na data da sua concessão.
3. Considere que por ter sido frustrada uma negociação coletiva, o sindicato dos trabalhadores ajuizou dissídio coletivo intentando obter a elevação dos salários da categoria e o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) concedeu, então, o reajuste de 10% para toda a categoria. Nessas condições, se o empregador não obedecer ao comando da sentença normativa do TRT, o sindicato poderá, após o prazo legalmente definido, requerer a execução do julgado, pois o processo de conhecimento já se terá esgotado.
4. Se um sindicato profissional recusou-se a celebrar convenção coletiva de trabalho, proposta pelo sindicato patronal, mediante a qual se pretendia afastar a obrigatoriedade do pagamento do adicional de

horas extras em troca de uma diminuição, correspondente ao excesso, em outro dia, então o sindicato profissional agiu corretamente, ao sustentar a inexistência, no ordenamento jurídico, de norma que autorizasse aquela negociação, de forma a fazer prevalecerem as normas protetivas que regulam a duração da jornada de trabalho.

5. Suponha que os trabalhadores de um empresa tenham adotado o procedimento denominado **excesso de zelo** – mediante o qual não paralisaram as atividades, mas produziram menos e mais lentamente, sob o pretexto de maior cuidado na produção. Nessas condições, essa conduta não é considerada forma legítima de exercício do direito de greve.

QUESTÃO 89

Julgue os itens a seguir, relativos à prescrição em matéria trabalhista.

1. Considere que um empregado urbano deixou de pagar a um empregado determinada gratificação – prevista no contrato de trabalho – desde o início da relação laboral. Sabendo que o contrato iniciou-se em 7/1/87, tendo havido despedida indireta em 7/1/94, e que, em 8/1/96, o empregado ingressou com reclamação trabalhista, então, argüida a prescrição pelo reclamado, foi correta a decisão da junta de conciliação e julgamento que reconheceu estarem prescritas apenas as parcelas relativas ao período compreendido entre 7/1/87 e 7/1/91.

2. Suponha que um trabalhador rural, contratado em 6/10/88 e despedido por justa causa em 2/3/98, ingressou com reclamação trabalhista contra o seu ex-empregador em 3/3/98, postulando o pagamento de adicional de horas extras e tendo provado que o serviço extraordinário foi realizado durante todo o período de vigência do contrato de trabalho. Então, argüida a prescrição, foi correta a decisão da junta de conciliação e julgamento que não a acolheu, em qualquer extensão, tendo em vista que o empregador nunca comprovou em juízo o cumprimento de suas obrigações para com o reclamante.

3. Consideram-se prescritas, a partir de 8/5/97, as férias relativas ao período de 9/5/91 a 8/5/92 de um contrato de trabalho cuja relação laboral não tenha sofrido solução de continuidade.

4. Se um empregado ingressou com reclamação trabalhista postulando o pagamento das parcelas relativas ao FGTS, não-recolhidas sobre a remuneração que lhe fora efetivamente paga, então foi correta a decisão da junta de conciliação e julgamento que rejeitou a argüição de prescrição do reclamado sob o fundamento de que o prazo prescricional, no caso, seria de trinta anos.

5. Considere a seguinte situação: **Um empregado, contratado em 14/2/90, ajuizou reclamação trabalhista contra o seu ex-empregador em 14/2/95 – um dia depois de ser despedido. Tendo o reclamante deixado de comparecer à audiência de conciliação e julgamento, a ação foi arquivada. Em 14/2/96, o empregado ajuizou nova reclamação trabalhista, formulando pedido idêntico àquele apresentado na ação arquivada.** Nessas condições, foi correta a decisão da junta de conciliação e julgamento que refutou a argüição de prescrição das verbas correspondentes ao período de 14/2/90 a 14/2/91, argumentando que o arquivamento da reclamação interrompera a prescrição.

QUESTÃO 90

Julgue os seguintes itens, acerca das regras relativas à remuneração de empregados com relações de trabalho regida pela CLT.

1. A existência de quadro de carreira em uma empresa impede o acolhimento, pelo Poder Judiciário, do pedido de um empregado que pugna pela percepção de salário idêntico ao de um paradigma que já tenha recebido promoções.

2. A demissão por justa causa de um empregado que tenha trabalhado por mais de doze meses na empresa não prejudica o seu direito ao pagamento das férias – simples ou em dobro – cujos períodos aquisitivos já se tenham completado. Nas mesmas condições, porém, o empregado não tem direito ao pagamento proporcional das férias cujo período aquisitivo esteja incompleto. Já o empregado demitido sem justa causa antes de o contrato de trabalho completar doze meses de vigência tem direito ao pagamento proporcional das férias cujo período aquisitivo esteja incompleto.

3. O pagamento das comissões só é exigível pelo empregado depois de ultimada a transação a que se referem. Não havendo, pois contrato individual ou norma coletiva que disponha de forma diversa, na hipótese de vendas em que se ajusta o pagamento mediante prestações mensais, o comissionista só estará autorizado a exigir o pagamento proporcional das comissões à medida que forem vencendo as parcelas ajustadas na venda de mercadoria.

4. Nenhuma forma de remuneração expressa no contrato individual de trabalho – menos favorável ao empregado – que contrarie normas de convenção ou acordo coletivo de trabalho poderá prevalecer no curso da relação laboral.

5. O trabalho realizado sob circunstância especiais enseja o pagamento de um adicional ao empregado, o qual se incorpora à remuneração do trabalhador que o receber por mais de um ano. Por exemplo, o empregado que trabalha no período identificado como **noturno** faz jus a um adicional de 20% sobre a remuneração; e o empregado que trabalha em ambiente de grau máximo de insalubridade tem direito a um adicional de 40% sobre o valor do salário mínimo.

QUESTÃO 91

Julgue os itens que se seguem, relativos ao horário regular de trabalho.

1. A lei prevê diferentes períodos de descanso para o trabalhador, impondo, também, a obrigação de o empregador remunerar o empregado em alguns períodos em que não há prestação de serviços.
2. Entre duas jornadas de trabalho, deve haver um período mínimo de onze horas consecutivas para descanso, as quais não serão remuneradas.
3. O intervalo para alimentação, no curso de uma jornada de oito horas, não poderá ser superior a duas horas – salvo acordo escrito ou contrato coletivo dispendo em contrário.
4. O empregado que realiza sete horas de trabalho noturno recebe remuneração correspondente a oito horas trabalhadas no período diurno.
5. O registro do horário da entrada e da saída de cada empregado só é obrigatório para os estabelecimentos que tenham mais de dez empregados.

QUESTÃO 92

Julgue os itens abaixo, relativos à disciplina legal de diferentes relações de trabalho.

1. As instituições beneficentes não se enquadram na definição legal de **empregador**, mas, para os efeitos da relação de emprego, são equiparadas àquela figura jurídica, quando admitem trabalhadores como empregados.
2. Não há solidariedade pelas obrigações trabalhistas entre as empresas de um grupo econômico quando cada qual é dotada de personalidade jurídica própria.
3. Embora o empregador doméstico não desempenhe atividade econômica, diversos direitos atribuídos aos empregados são garantidos também aos trabalhadores domésticos, como, por exemplo, o décimo terceiro salário, o seguro-desemprego, o aviso prévio, a licença à gestante e o seguro contra acidentes de trabalho.
4. O estágio não cria vínculo empregatício. Todavia, para que o contrato não seja descaracterizado, o estagiário deverá estar matriculado e frequentando curso de nível superior ou curso profissionalizante de 1.º ou de 2.º graus.
5. O FGTS e a duração do trabalho normal não-superior a oito horas diárias, entre outros, são direitos garantidos ao trabalhador rural.

QUESTÃO 93

Julgue os itens que se seguem, a respeito de alteração, suspensão e interrupção do contrato de trabalho.

1. A alteração de um contrato individual de trabalho só será válida quando se implementar mediante mútuo consentimento e não resultar em prejuízos para o empregado. Assim, não se admite a alteração unilateral mediante a qual o empregador reverta ao cargo efetivo o empregado que se encontrava no exercício de função de confiança.
2. O empregador não pode, sem a anuência do empregado transferi-lo para outro estabelecimento, da empresa, ainda que tal transferência não acarreta a mudança de domicílio do trabalhador.
3. A suspensão do empregado por mais de trinta dias enseja sua despedida indireta.
4. A ausência do empregado acidentado ao trabalho caracteriza, nos primeiros quinze dias, interrupção do contrato de trabalho; a partir do décimo sexto dia de ausência, restará caracterizada a suspensão do contrato.
5. No período de férias do empregado, o contrato de trabalho permanece suspenso, já que o trabalhador deixa de prestar serviços ao empregador.

DIREITO COMERCIAL

QUESTÃO 94

Os comerciantes individuais e as sociedades comerciais necessitam de um nome para exercerem as suas atividades mercantis. As regras disciplinadoras da composição dos nomes comerciais ou nomes empresariais, terminologia adotada pela legislação vigente sobre registro público de empresas mercantis,

constam de forma dispersa no Código Comercial e nas legislações que cuidam das diversas sociedades comerciais. A respeito desse tema, julgue os seguintes itens.

1. Comerciantes individuais devem adotar como nome empresarial a firma individual.
2. As sociedades anônimas podem ser identificadas pelo termo **companhia**, por extenso ou abreviadamente, sendo vedado, porém, o uso desse termo ao final da denominação.
3. Sociedades por quotas de responsabilidade limitada podem usar, indistintamente, razão social ou denominação, acrescidas, em qualquer caso, do termo **limitada**, por extenso ou abreviadamente.
4. Título de estabelecimento, também chamado de nome de fantasia, é uma modalidade de nome empresarial que somente pode ser utilizadas por sociedades anônimas.
5. A proteção ao nome empresarial decorrerá do seu registro, a ser efetuado no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).

QUESTÃO 95

Diversas sociedades comerciais são, até os dias de hoje, disciplinadas pelo Código Comercial de 1850. As responsabilidades assumidas pelos sócios em decorrência dos atos praticados em nome da sociedade levam a maioria das pessoas interessadas em constituir sociedades comerciais a organizarem-se em sociedades por quotas de responsabilidade limitada ou em sociedades anônimas. Acerca da responsabilidade civil dos sócios e da personalidade jurídica da sociedade comercial, julgue os itens abaixo.

1. Decretada a falência de uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, os sócios responderão solidária e ilimitadamente pelas dívidas não-quitadas pela sociedade.
2. A responsabilidade do acionista, em uma sociedade anônima, limita-se ao valor de emissão das ações por ele subscritas ou adquiridas.
3. A teoria da desconsideração da personalidade jurídica de sociedades comerciais não tem sido utilizada no Brasil, em face da ausência de legislação que determine a sua aplicação.
4. As sociedades comerciais têm reconhecida sua personalidade jurídica quando o seu contrato ou estatuto social está devidamente registrado.
5. Em decorrência de atos normais de gestão, todos os sócios quotistas de sociedades por quotas de responsabilidade limitada responderão limitadamente pelo valor do capital social, exceto os gerentes, que têm responsabilidade ilimitada pelos atos por eles praticados em nome da sociedade.

QUESTÃO 96

A Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre sociedades por ações, foi recentemente alterada com a vigência da Lei n.º 9.457, de 5 de maio de 1997. Considerando as novas regras relativas às sociedades anônimas, julgue os itens seguintes.

1. Ações endossáveis poderão ser emitidas por companhias de capital fechado.
2. A administração de sociedades anônimas incumbe à diretoria, que deverá ser indicada entre os acionistas.
3. As ações preferenciais conferirão a seus titulares preferências que consistirão no direito a dividendos no mínimo 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, salvo no caso de ações com direito a dividendos fixos ou mínimos, cumulativos ou não.
4. As debêntures não poderão ser emitidas sob a forma endossável ou ao portador.
5. Deliberação de assembléia geral que vise à mudança do objeto da companhia somente será efetivada com a aprovação de acionistas que representem, no mínimo, metade das ações com direito a voto, podendo ser estabelecido *quorum* mais qualificado pelo estatuto de companhias de capital fechado.

QUESTÃO 97

A respeito de títulos de crédito, julgue os itens a seguir.

1. O prazo prescricional da ação executiva do cheque é de seis meses, contados da data de emissão do título.
2. Duplicata mercantil, ainda que não tenha sido aceita, mas desde que protestada e acompanhada de documento que comprove efetivamente a entrega e o recebimento da mercadoria, poderá ser executada.
3. As notas promissórias distinguem-se das letras de câmbio, entre outros aspectos, pelo fato de que a primeira é uma promessa de pagamento, enquanto a segunda é uma ordem de pagamento.
4. Notas promissórias não admitem aceite cambial.
5. Pela simples assinatura do sacado, lançada na face da letra de câmbio, presume-se o aceite.

QUESTÃO 98

Determinada letra de câmbio foi emitida pela sociedade comercial A contra a sociedade B, sendo indicada como beneficiária do título a sociedade C. O título recebeu o aval da sociedade D. A letra foi endossada pelo beneficiário em favor da sociedade E. Não tendo sido efetuado o pagamento do título em seu

vencimento, o endossatário – sociedade E – propôs ação executiva contra as sociedades A, B, C e D. Em face dessa situação, julgue os seguintes itens.

1. A sociedade comercial D, avalista da letra, somente poderá ser executada após a execução do seu avalizado.
2. Na ausência de indicação expressa em favor de quem foi dado o aval prestado pela sociedade D, presume-se que este tenha sido prestado em favor da sociedade A, sacadora da letra.
3. A sociedade B, caso não tenha aceitado pagar a letra, não terá qualquer responsabilidade pelo seu pagamento.
4. A sociedade C, endossante, não terá responsabilidade pelo pagamento do título, salvo se, ao efetuar seu endosso, tiver expressamente indicado que terá responsabilidade pelo seu pagamento.
5. A sociedade A, emitente da letra, somente poderá ser executada após o protesto do título, salvo se constar determinação expressa em sentido contrário no próprio título.

QUESTÃO 99

Determinado indivíduo adquiriu um veículo usado de uma revendedora de automóveis. Após alguns dias de uso, o veículo incendiou-se em decorrência de problemas mecânicos e elétricos, que não haviam sido mencionados pelo vendedor por ocasião da venda. Em virtude desse incêndio, o comprador sofreu ferimentos que o obrigaram a internar-se em uma clínica particular. Em face dessa situação, julgue os itens que se seguem.

1. Em virtude de o carro ser usado, a relação jurídica estabelecida não é regulada pelo Código de Defesa do Consumidor.
2. O vendedor responderá pelo vício do produto, desde que comprovada a sua culpa pelo comprador.
3. As despesas médicas realizadas pelo comprador do veículo caracterizam a responsabilidade pelo fato do produto.
4. Pelo vício do produto, somente poderá ser demandada pelo comprador a pessoa, física ou jurídica, que lhe vendeu o automóvel, restando os demais fornecedores desobrigados perante o comprador.
5. Seria válida a cláusula que, expressamente prevista no contrato, devolvesse ao consumidor o ônus da prova.

QUESTÃO 100

Em relação à falência, julgue os itens abaixo.

1. As ações em que a sociedade comercial falida atuava, antes da decretação da quebra, na qualidade de autora, não serão atraídas pelo juízo universal da falência.
2. O crédito fiscal, disciplinado nos termos da Lei n.º 6.830/80, não está sujeito a habilitação na falência.
3. De acordo com a classificação dos créditos na falência, dívidas para com o INSS terão prioridade em relação a dívidas de natureza tributária dos estados ou dos municípios.
4. Comerciantes de fato não poderão ter decretada sua falência.
5. Caso não tenha cometido crime falimentar, com a sentença declaratória da extinção de suas obrigações, o falido fica autorizado a exercer o comércio.